

Educação e Tecnologia: Desafios e Possibilidades

Organizadores

Danielly Berneck Coas Ribeiro

Jadilson Marinho da Silva

Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

Douglas Grzebieluka

Marttem Costa de Santana

Patrícia Pereira Novais de Queiroz



Douglas Grzebieluka
Alexandre Magno Buhaten Barbosa
Danielly Berneck Coas Ribeiro
Marttem Costa de Santana
Patricia Pereira Novais de Queiroz
Jadilson Marinho da Silva
Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Home Editora
Belém-PA
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Dagramação e capa

Autor

Revisão de texto

Autor(es)

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Produtor editorial

Laiane Borges

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E24

Educação e tecnologia: desafios e possibilidades / Douglas Grzebieluka, Alexandre Magno Buhaten Barbosa, Danielly Berneck Coas Ribeiro, et al. – Belém: Home, 2023.

Outros autores: Marttem Costa de Santana, Patricia Pereira Novais de Queiroz, Jadilson Marinho da Silva, Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo.

84 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-84897-77-9

1. Tecnologia educacional. 2. Educação. I. Grzebieluka, Douglas. II. Barbosa, Alexandre Magno Buhaten. III. Ribeiro, Danielly Berneck Coas. IV. Título.

CDD 371.3944

Índice para catálogo sistemático

I. Tecnologia educacional



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s)
autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA
Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA
Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL
Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA
Prof^a. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

Capítulo I

ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Introdução

1. Procedimentos metodológicos
2. Altas habilidades no espaço escolar
 - 2.1. Conceito e evolução histórica
 - 2.2. Bases legais da inclusão no Brasil
 - 2.3. O papel da escola na inclusão dos alunos com altas habilidades

4 Conclusão

REFERÊNCIAS

Capítulo 2

O USO DOS SMARTPHONES EM SALA DE AULA E O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DO CENÁRIO TECNOLÓGICO

Introdução

1. O uso das tecnologias móveis no ambiente escolar e o reflexo no processo de ensino e aprendizagem
 - 1.1. O papel do professor diante do cenário tecnológico
2. Conclusão
3. Referências

Capítulo 3

ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

1. INTRODUÇÃO

2. Procedimentos metodológicos
3. ALTAS HABILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR
 - 3.1 Conceito e Evolução histórica
 - 3.2 Bases legais da inclusão no Brasil
 - 3.3 Papel da Escola na inclusão dos alunos com altas habilidades

4 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro "**Educação e Tecnologia: Desafios e Possibilidades**", que reúne artigos de renomados educadores e pesquisadores sobre temas que são fundamentais para a formação de docentes e aprimoramento do ambiente escolar.

O primeiro artigo aborda o tema das altas habilidades e superdotação, discutindo a importância da identificação e atendimento a alunos com essas características no ambiente escolar. O texto apresenta estratégias e práticas pedagógicas que podem ser adotadas para promover o desenvolvimento desses alunos e garantir que eles alcancem todo o seu potencial.

Já o segundo artigo aborda a presença cada vez mais comum dos smartphones em sala de aula, e o papel do professor diante desse cenário tecnológico. O texto apresenta reflexões sobre o uso adequado dos dispositivos móveis em sala de aula, destacando as oportunidades e os desafios que essa tecnologia pode trazer para a educação.

Por fim, o terceiro artigo discute a importância da formação de docentes para o uso de tecnologias educacionais, destacando a inserção da TV multimídia no cotidiano da sala de aula como uma ferramenta poderosa para o ensino. O texto apresenta exemplos de práticas pedagógicas que utilizam a TV multimídia de forma criativa e inovadora, permitindo que os alunos tenham acesso a conteúdos educacionais de qualidade.

Com uma abordagem multidisciplinar e uma linguagem clara e acessível, "Educação e Tecnologia: Desafios e Possibilidades" é uma leitura fundamental para todos aqueles que se preocupam com a qualidade da educação e a formação de docentes para o uso de tecnologias educacionais.

Prof Jose Carlos, Ph.D.



A CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTE PARA O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: A INSERÇÃO DA TV MULTIMÍDIA NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

Autores

José Carlos Guimarães Junior

Douglas Grzebieluka

Danielle Alves Cordeiro

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

Danielly Berneck Coas Ribeiro

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a preparação de professores na era da cibercultura e como ela se relaciona com conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que os professores funcionem em um ambiente digital de aprendizagem. Para implementar a inclusão educacional com sucesso, os professores devem estar preparados para trabalhar com práticas de ponta. Os avanços tecnológicos trazem uma nova perspectiva metodológica que exige do educador reflexão sobre sua prática, método e uso efetivo dos recursos computacionais. O professor vê como um desafio pautar sua prática nos novos paradigmas educacionais propostos para o século XXI, entendendo que a formação continuada deve fazer parte de sua grade de estudos. A tecnologia já faz parte do dia a dia dos alunos, seja na escola, em casa ou no trabalho. Assim, cursos que ajudem a contextualizar a prática do professor no processo de ensino farão uma diferença significativa e trarão benefícios para todas as disciplinas. Dessa forma, os objetivos do presente estudo incluíram o compromisso pedagógico com o uso da tecnologia, o desenvolvimento das habilidades dos professores e a situação do programa de tecnologia da informação das escolas públicas brasileiras. Utilizando-se do método bibliográfico documental, através de uma pesquisa qualitativa descritiva, por permitir um entendimento mais profundo e holístico do fenômeno estudado. O estado possui o dever de propiciar as condições para que os docentes consigam melhorar suas práticas pedagógicas.

Palavras chave: formação docente. Tecnologias da Informação. Práticas pedagógicas

SUMMARY

This article presents the results of research on teacher preparation in the era of cyberculture and how it relates to the knowledge, skills, and attitudes necessary for teachers to function in a digital learning environment. To successfully implement educational inclusion, teachers must be prepared to work with cutting-edge practices. Technological advances bring a new methodological perspective that requires educators to reflect on their practice, method, and effective use of computer resources. The teacher sees it as a challenge to base their practice on the new educational paradigms proposed for the 21st century, understanding that continuing education must be part of their study program. Technology is already part of students' daily lives, whether at school, home, or work. Thus, courses that help contextualize the teacher's practice in the teaching process will make a significant difference and bring benefits to all disciplines. Therefore, the objectives of this study included the pedagogical commitment to the use of technology, the development of teachers' skills, and the situation of the information technology program in Brazilian public schools. Using a documentary bibliographic method, through a descriptive qualitative research, allowed for a deeper and more holistic understanding of the studied phenomenon. The state has the duty to provide the conditions for teachers to improve their pedagogical practices.

Keywords: teacher training. Information Technologies. Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos trouxeram mudanças significativas para a sociedade contemporânea. O mesmo aconteceu com a educação, onde a tecnologia passou a ser discutida em conjunto com políticas públicas educacionais mais modernas e práticas instrucionais. Esse impulso para a integração da tecnologia em sala de aula serve como um meio de qualificação e democratização do acesso educacional.

Para alcançar a qualidade desejada, é preciso ponderar, debater, ouvir pontos de vista, refletir sobre o que se busca com a integração da tecnologia, e apoiar a educação e a capacitação de quem vai utilizá-la como recurso educacional. É fundamental estruturar planos de ação que forneçam alternativas para lidar com problemas e circunstâncias inesperadas.

Nesse processo de adaptação às mudanças, os programas de formação de professores aderem à teoria educacional neoliberal, definindo assuntos antes mesmo de conhecer as necessidades dos professores. Assim, considerando a (re)formulação de políticas públicas educacionais, bem como a oferta de programas de formação, as fragilidades da educação, assim como do emprego acadêmico, tornam-se uma preocupação que deve ser reconhecida. Essa compreensão é fundamental para que se encontrem meios de amenizar, ou pelo menos mascarar, essas dificuldades, para que o trabalho do professor seja realmente qualificado (SOUZA; MELLO, 2019)

Ora, pode-se dizer que essas mudanças tecnológicas mudaram significativamente o cotidiano das escolas. O aluno é uma pessoa que tem vontade de aprender e que exige saber mais e de forma mais imediata e envolvente quando se coloca nesta situação social. Dessa forma, verifica-se que a educação está sendo pressionada a se modernizar ou corre o risco de ser marginalizada por não ser globalizada.

Assim, o objetivo geral deste estudo é discutir o compromisso dos professores com o uso da tecnologia, sua formação e capacitação e o estado do programa de informática das escolas públicas brasileiras.

Os objetivos específicos são analisar a formação do docente para o uso das tecnologias educacionais; abordar sobre as políticas de formação do docente

para o uso das tecnologias da informação; analisar A prática e a formação do docente para o uso das mídias no cotidiano escolar

Este estudo é de extrema importância, pois aborda a preparação inicial e continuada do professor para integrar a tecnologia educacional. Como tal, está inserido no Estado de Conhecimento, assim conforme os ensinamento de Romanowski, em seus estudos de conhecimento, eles buscam identificar as contribuições significativas feitas para o desenvolvimento da teoria e prática pedagógica, bem como as limitações do campo de pesquisa e suas lacunas de comunicação, encontrar novas experiências de pesquisa que sugiram soluções para problemas práticos e reconhecer as contribuições da pesquisa para a formulação de propostas na área alvo (ROMANOWSKI, 2006).

Dessa forma considerando as palavras de Romanowski, acima mencionadas, a metodologia aplicada para a pesquisa de revisão de literatura foi fundamental para a compreensão daquilo que já está sendo trabalhado na área, bem como das lacunas existentes, auxiliando na definição dos próximos passos das minhas propostas para a pesquisa a ser realizada.

A abordagem metodológica empregada foi, exploratório descritivo, qualitativa descritiva, por permitir um entendimento mais profundo e holístico do fenômeno estudado. A investigação possibilitou compreender as competências evidenciadas pelos docentes que empreendem boas práticas pedagógicas com tecnologias digitais e o uso das multimídias em ambiente escolar, resultando em elementos que permitem refletir sobre a programação das atividades pedagógicas no contexto do desenvolvimento acadêmico e profissional dos docentes em exercício.

FORMAÇÃO DE DOCENTE EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação, o principal desafio da educação pública brasileira é a formação de professores, necessária para implementar mudanças nos padrões de qualidade do ensino e aprendizagem do aluno (PNE). Como sabemos, algumas nações têm disponibilizado a formação de professores fora das universidades por meio de Instituições de Educação Superior, usando como exemplos a França e o Uruguai.

Acredita-se que a formação do professor influencia muito no uso das TICs em sala de aula. É claro que os educadores devem estar prontos para responder crítica e pedagogicamente à presença da tecnologia na educação. De acordo com Kenski, é fundamental que os professores estejam familiarizados com a tecnologia e entendam o seguinte:

“suportes midiáticos e todas as possibilidades educacionais e interativas das redes e espaços virtuais para [melhor] aproveitá-las nas variadas situações de aprendizagem e nas mais diferentes realidades educacionais.” (KENSKI, 2001, p. 75).

Como resultado, pode-se supor que os professores são mais propensos a usar a tecnologia da informação nas atividades diárias da sala de aula, uma vez que tenham adquirido conhecimento sobre o uso da mídia na educação.

O avanço da tecnologia em relação a muitas facetas da vida social e institucional tem sido estudado usando uma variedade de abordagens e enfatizado de várias maneiras. Grandes desafios enfrentam tanto as escolas quanto os professores neste ambiente de mudança acelerada.

No que diz respeito ao papel do professor, diante desse novo ambiente de aprendizagem emergente, um processo de educação continuada exige que professores e alunos aprendam ao mesmo tempo, visando a atualização de seus saberes e práticas pedagógicas. Nesse novo contexto, o professor se destaca como animador e facilitador da aprendizagem cooperativa além de mobilizar novos aprendizados e novos patamares de pensamento (Valente 2003).

Segundo Demo (2002), a formação de professores do Ensino Fundamental relacionada ao uso de tecnologias digitais (TDs) torna-se uma necessidade premente considerando o novo ambiente cibercultural, que depende do desenvolvimento de novas competências. Essa afirmação é corroborada por Soares (2010), que destaca que o fato de a maioria dos professores não ter experiências prévias de aprendizagem em informática os coloca em uma posição precária na busca por iniciativas que utilizem efetivamente essa tecnologia.

O professor precisa repensar sua abordagem pedagógica diante dessa nova realidade. É necessário adotar novas metodologias e estratégias de pesquisa, estudo, ação e formação que auxiliem no desenvolvimento de uma nova concepção de educação. Não se trata da ação de adotar um novo método de ensino, mas sim da investigação da própria ação, revisão da própria didática, da própria escola, do sistema educacional e da sociedade.

Uma das novas exigências para os professores é proporcionar um ambiente de aprendizagem onde os alunos possam exercer autonomia, fazer pesquisas independentes, colaborar em projetos, resolver problemas, corrigir erros e construir conhecimento.

Tijiboy (2001) destaca como é fundamental que os educadores estejam atentos às mudanças trazidas pela tecnologia da informação, não descuidando da arte e da ciência da educação e nem se deixando levar pela "mágica" que os computadores possibilitam. Um professor precisa ser apaixonado pela educação e acompanhar as inovações.

Nesse novo cenário, o professor deve aprimorar seus métodos de ensino, valorizando as habilidades multifacetadas dos alunos nativos digitais. Planeje atividades que enfatizem a comunicação, troca e cooperação entre os parceiros. Trabalhar em conjunto pode inspirar os alunos em termos de como e quão bem eles aprendem.

As teorias educacionais que sustentam o uso das mídias na educação mostram que é preciso permitir a exploração, a pesquisa e a abertura para os diversos interesses envolvidos no ensino e na aprendizagem. É importante preparar o aluno para pensar criticamente, valorizar o meio ambiente e usar a tecnologia para promover o bem-estar da humanidade. Assim, diz Silva:

Esta visão socioeducativa leva-nos a refletir sobre um fazer educativo sintonizado com as novas maneiras de pensar exigidas pelas novas tecnologias, fazendo necessária a criação de ambientes de aprendizagem que tenham suporte nesses meios de informação e comunicação (SILVA, 2009).

Dessa forma, segundo o que explica Freire (*apud* SILVA, 2009)"[...] que o uso de computadores no processo de ensino/aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa [...]. Depende de quem usa em seu benefício sobre quem, o quê e onde. Portanto, acredita-se que as

teorias que incorporam as tecnologias de comunicação e informação na sala de aula podem ser vistas, de maneira geral, como uma forma de subsidiar metodologias que priorizem a participação dos alunos, aumentem a colaboração e estimulem o desenvolvimento do conhecimento baseado na troca e cooperação. Deve-se apostar em atividades educativas mais diversificadas e flexíveis.

Fica cada vez mais clara a necessidade de uma maior integração entre os campos tecnológico e educacional. Atualmente, a relação entre educação e tecnologia está presente em quase todos os estudos que examinam a situação educacional. Grinspun (1999), afirma que a educação e a política de ciência e tecnologia ocupam lugar de destaque nas decisões políticas sobre a qualificação de recursos humanos e a demanda por novos paradigmas de desenvolvimento.

Como parte de sua prática pedagógica, que deve ser entendida como uma forma única de prática, a escola deve contar com professores preparados para captar, compreender e utilizar as novas linguagens das tecnologias de informação e comunicação. Isso exige uma prática social que combine teoria e prática, especificamente no contexto da prática educativa. Como afirmou Freire (1991, p. 109) "Praticar requer planejamento e avaliação da prática. E a prática de programação que se move em direção à prática de avaliação é uma prática teórica.

Como resultado, entende-se que a sala de aula não é o único local onde ocorre a aprendizagem e que a comunicação pode levar à criação de vários ambientes de aprendizagem e maior envolvimento do aluno nas interações em sala de aula por meio de uma variedade de meios de comunicação.

As políticas para formação do profissional da educação para o uso das tecnologias da informação em sala de aula

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabelece diretrizes curriculares nacionais que as instituições de ensino superior (IES) devem levar em consideração e seguir no desenvolvimento de suas estruturas curriculares. Por exemplo, a Lei 9.131/1995 determina que o Conselho Nacional do Ensino Superior e as câmaras que o compõem "deliberem sobre o

currículo proposto pelo Ministério da Educação e Esportes" (BRASIL, 1995).

Ao contrário, as Instituições Brasileiras de Ensino Superior podem: "fixar os horários de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais apropriadas" (BRASIL, 1996).

Em outras palavras, as instituições brasileiras de educação superior são capazes de desenvolver seus currículos e garantir a eficácia de seus programas com base nas diretrizes e normas estabelecidas pelo MEC, mais especificamente pelo Conselho Nacional de Educação.

Novas realidades sociais foram trazidas pelo movimento de globalização, que também mudou as práticas educativas. Isso alterou profundamente a organização dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essas instituições em países em desenvolvimento como o Brasil devem agora ser formadas para o trabalho, deixando a tecnologia e a ciência (desenvolvidas em países desenvolvidos) no comando. Essa é a filosofia que o movimento neoliberal trouxe para as nações mais pobres, sempre colocando a economia em primeiro lugar e deixando - a sob o controle das nações mais ricas que buscam se beneficiar (LIBÂNEO, 2012).

Seuindo esse entendimento Chrispino (2016) define como o que deveria ser a ação das políticas públicas

A política pública deve estabelecer o "círculo virtuoso do poder social", primeiro como concepção política e depois como ação governamental. A sociedade deveria ser a fonte e o último lugar de descanso do "círculo virtuoso do poder social", mas, lamentavelmente, nem sempre é esse o caso (CHRISPINO, 2016, p.32).

Mas, no atual ambiente neoliberal, isso não ocorre, e as políticas públicas são organizadas em prol da economia e dos interesses dos indivíduos mais ricos. A mesma dinâmica ocorre com as políticas públicas educacionais, retornando a educação à lógica de mercado. Nesse sentido, a escola deve trabalhar para estabelecer uma "sociedade técnico-informativa". Além disso, "a educação e o conhecimento estão se tornando, na perspectiva do capitalismo globalizado, a força motriz e o motor da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico" (LIBÂNEO, 2012)

A verdade é que, devido à sua formação e às suas políticas voltadas para o setor econômico, entre outros fatores, esqueceram-se de que as políticas públicas devem atender também aos menos favorecidos, dando-lhes condições de viver dignamente como membros de uma sociedade democrática (SOUZA; MELLO, 2019).

Com as políticas educacionais, por exemplo, busca-se a qualidade educacional sem buscar de fato entender as necessidades da escola, da comunidade, dos alunos, dos professores e dos demais envolvidos na força de trabalho educacional, segundo Imbernón “[...] A qualidade é definida pelo grau de satisfação educacional da comunidade e não apenas como uma resposta às necessidades sociais ou de mercado. Não é apenas uma escola que funciona melhor (IMBERNÓN, 2016, p. 18)”.

Mas, como aponta Imbernón (2016), um longo caminho já foi percorrido para chegar a essa discussão sobre a busca da qualidade educacional por meio da utilização de políticas alinhadas à realidade. Se olharmos para o século anterior, veremos que as crianças eram vistas como pequenos adultos e que, por isso, nem todos os documentos que hoje existem sobre as crianças, seus direitos e obrigações não estavam disponíveis para todos, incluindo acesso à educação. A maioria das crianças deve trabalhar ao lado dos adultos, sendo guiadas pela pequena minoria que se torna dominante devido aos seus conhecimentos de leitura e escrita.

Na maioria das vezes, os Programas de Educação a Distância têm sido utilizados para realizar a formação do professor, a ponto de ele acumular um rol de atividades profissionais. Diante disso, julga-se necessário fazer algumas considerações sobre as dificuldades que os participantes encontraram ao longo do processo.

Para Kenski, devido ao desenvolvimento das sociedades, a educação tem sido mais pensada, tentando encontrar um equilíbrio entre os seus objetivos e as necessidades reais da sociedade em geral. Isso pode ser visto na rotina da sala de aula e no dia-a-dia da escola. A educação precisa se modernizar e se tornar mais dinâmica, ativa e reflexiva (KENSKI, 2015).

Ainda de acordo com Kenski, como resultado da complexidade de um mundo globalizado, as escolas de hoje devem acompanhar as evoluções sócio-

históricas e culturais para melhorar continuamente o calibre de seus serviços. Dessa forma, é fundamental que o professor adote a perspectiva da formação continuada, afastando-se da noção de uma formação especializada capaz de dar conta sozinha de todas as sutilezas da sala de aula (KENSKI, 2015).

Tendo em vista que um dos principais desafios das Secretarias de Educação em nível nacional diz respeito à formação docente, é fundamental que se leve em consideração essa realidade da formação docente. O perfil profissional, o papel das instituições formadoras, a estrutura dos programas de formação inicial e os mecanismos de educação continuada e aprendizagem em serviço são apenas alguns dos temas que as autoridades brasileiras têm discutido amplamente sobre.

A tecnologia já avançou há muito tempo. Segundo discussão de Kenski (2015), o termo “tecnologia” refere-se a antigas invenções que remontam ao tempo do homem comum e simboliza o orgulho, a engenhosidade e o desejo de poder, domínio e riqueza da população. Como a própria autora afirma: “[...] Ao longo do início dos tempos, os humanos foram distinguidos de outras espécies por seu domínio sobre tecnologias específicas e certos tipos de informação” (KENSKI, 2015, p. 15). Como resultado, torna-se um grande desafio para a sociedade e a educação adaptar-se continuamente para acompanhar as inovações, utilizá-las de maneira eficaz e orientar sua integração de maneira crítica e não instrumental.

Como resultado, as línguas escrita e falada foram desenvolvidas como ferramentas de comunicação e informação, sendo a linguagem oral a mais antiga e ainda considerada como a principal forma até hoje. A invenção da linguagem digital significa a fusão dessas linguagens arcaicas com a inovação. A linguagem é descrita como “[...] um fenômeno descontínuo, fragmentado, dinâmico, aberto e poderoso “que” se abre para o estabelecimento de novas relações entre diferentes conteúdos, espaços, tempos e pessoas” (KENSKI, 2015, p. 32).

O desenvolvimento de linguagens digitais tem efeitos profundos sobre como as pessoas acessam informação, cultura e entretenimento. Também muda a forma como as pessoas interagem umas com as outras comercialmente, conectando o mundo e os negócios.

[...] A tecnologia é uma característica comum a muitos aspectos das sociedades emergentes. Uma tecnologia muito diferente construída sobre uma cultura totalmente nova, a digital. A tecnologia mudou o cotidiano das pessoas hoje em dia e está presente em diversas áreas da vida. Dessa forma, transforma o ritmo da produção histórica da existência humana. No momento em que o ser humano se apropria de uma (parte da) técnica, ela já foi substituída por outra, mais avançada, e assim sucessivamente (KENSKI, 2015, p. 40).

Nesse sentido, considerando como a tecnologia digital afeta e transforma as sociedades, vemos a necessidade de que ela influencie a educação e seus procedimentos. De acordo com Sampaio e Leite (2013, p. 15), pela forma como a tecnologia está nos invadindo, ela é necessária:

[...] vislumbrando uma escola que forme cidadãos capazes de fazer frente ao avanço tecnológico e seus efeitos. Essa capacidade se desenvolve por meio da interação com eles e da análise crítica de como são usados e de suas linguagens, além do conhecimento das tecnologias existentes .

Behrens (in Moran, 2015, p. 76) introduz a noção de que entre as mudanças trazidas pela tecnologia está a de "aprender ao longo da vida", sustentando a noção de que um aluno, após a conclusão de sua pós-graduação, por exemplo, ainda não está pronto para trabalhar em sua profissão. Ao contrário, devem estar sempre aprendendo e buscando conhecimento, porque nenhum professor na sociedade baseada no conhecimento detém todo o conhecimento .

Assim destaca a necessidade da abertura ao mundo, a partir do bairro, dos alunos, dos professores, da comunidade e de todos os interessados nestas realidades, como peça chave da mudança que se faz necessária na sala de aula, tornando a educação mais atraente dessa forma , a educação é focada no que é significativo e interessante para eles. Um processo gradual de mudança que deve envolver todos os envolvidos no processo educativo.

A escola, em conjunto com a tecnologia organizada, pretende mudar a aprendizagem e as relações entre os participantes de forma que todos sejam aprendizes, com os professores atuando como mediadores e os alunos recebendo instruções a partir de sua própria aprendizagem. Mas, o que vemos agora é o uso da tecnologia apenas como um suporte, minimizando sua verdadeira integração e todas as experiências inovadoras que ela pode proporcionar a alunos e professores. A tecnologia utilizada como ferramenta

de ensino proporciona ao aluno autonomia e independência para que ele seja sujeito de sua aprendizagem, potencializando e tornando o processo de ensino-aprendizagem prazeroso para todos.

Porém, para que as TIC (tecnologias de informação e comunicação) mudem o processo educacional, elas devem ser compreendidas e incluídas na pedagogia. Isso significa que, para garantir que o uso da tecnologia realmente faça a diferença, você deve respeitar as nuances da educação e de sua própria tecnologia. Não basta usar a televisão ou o computador, é preciso usar de forma pedagogicamente correta a tecnologia escolhida (KENSKI, 2015, p. 46).

Sampaio e Leite (2015, p.66) também trazem as ideias de Belloni (1991), que delineiam os dois níveis em que a integração da tecnologia na educação pode ocorrer. Segundo ela, um serviria como ferramenta de ensino e apoio para melhorar a qualidade do ensino. E a segunda serviria como objeto de estudo na busca pelo domínio dessa língua. Caso isso ocorra, os autores defendem a criação de um plano de alfabetização tecnológica proposto pelo professor, criando um novo tipo de ensino que seja participativo, ativo, contextualizado e interativo. Para elas,

Entende-se a alfabetização tecnológica do professor como um conceito que envolve o domínio contínuo e crescente das tecnologias que estão na escola e na sociedade, mediante o relacionamento crítico com elas. Este domínio se traduz em uma percepção global do papel das tecnologias na organização do mundo atual e na capacidade do professor em lidar com as diversas tecnologias, interpretando sua linguagem e criando novas formas de expressão, além de distinguir como, quando e por que são importantes e devem ser utilizadas no processo educativo (SAMPAIO e LEITE, 2013, p. 73).

Mas, alfabetizar os professores digitalmente é insuficiente para alcançar a integração tecnológica em nossas escolas de forma a qualificar as práticas pedagógicas. É preciso ir além da alfabetização e apoiar os professores no desenvolvimento de sua fluência tecnológica, pois, independentemente de a educação ser básica ou superior, não se segue que recursos e equipamentos devam ser disponibilizados nas instituições de ensino.

O uso da tecnologia em sala de aula requer não apenas a compreensão de como usá-la, mas também a compreensão de como reutilizá-la, remixá-la e recontextualizá-la criticamente, promovendo a autonomia dos sujeitos envolvidos em processos colaborativos.

Afirmou-se que o governo federal busca auxiliar na formação de professores das escolas públicas estaduais e municipais por meio da implantação de programas específicos e da oferta de cursos do ProInfo Integrado:

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais. (BRASIL, 2012)

No âmbito do programa, a formação do educador pode ser realizada por meio de quatro propostas de cursos distintas que visam atender às necessidades expressas pela diversidade do público docente e dos gestores escolares.

Criar condições para a tomada de consciência das várias dimensões da utilização pedagógica destes novos meios e tecnologias, desenvolvendo competências que permitam orientar, criar, formar e apoiar a utilização/aplicação da tecnologia político-pedagógica nos sistemas educativos das várias unidades educativas do país, Alguns dos objetivos do MEC ao oferecer esse tipo de formação são apoiar a reconstrução das práticas educativas.

Outro curso oferecido pelo MEC que prepara professores para o uso das mídias se chama "Mídia na Educação":

Professores da rede pública de ensino de todo o país podem se capacitar para o uso pedagógico de tecnologias da informação e da comunicação – tevê, vídeo, informática, rádio e impressos – por meio do programa Mídias na Educação. O programa é uma realização da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC) em parceria com secretarias de educação e universidades públicas. As aulas são online, por meio do ambiente virtual e-Proinfo. Além de oferecer cursos de formação continuada voltados para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, o curso prepara professores para utilizar as ferramentas encontradas no Portal do Professor. [...] Criado em 2005, como experiência piloto, o Mídias na Educação atendeu 69.300 professores até 2008. Para 2009, a meta é atingir 60.488 professores: 27.260 no ciclo básico, 25.394 no ciclo intermediário e 7.734 no ciclo avançado. (BRASIL, 2012)

A formação de um professor na área de tecnologia educacional, mais especificamente na área de informática, não é um processo espontâneo. Requer desprendimento, comprometimento e acima de tudo interesse. Antes de mais nada, o educador deve demonstrar aceitação do fato de que também pode aprender com outro participante do processo educacional: o aluno, a fim de compreender plenamente as muitas implicações da introdução das mídias digitais em sua prática.

Mas, para que haja uso de TIC nas escolas, deve haver um professor preparado; _para isso, as instituições formadoras devem possibilitar que ele alcance seu potencial de integração das novas tecnologias no processo de ensino – aprendizagem. Como resultado, abordaremos a educação de maneira diferente do que fizemos no passado, tentando criar uma escola inovadora que permita a cada aluno experimentar mais e melhor crescimento intelectual e social. As mudanças na sociedade resultarão da introdução do computador na educação, com o professor agora ensinando e aprendendo com os alunos de forma inovadora e interativa.

A prática e a formação do docente para o uso das TV multimídia no cotidiano escolar

Torna-se fundamental que o professor compreenda a necessidade de desenvolver uma estratégia criteriosa antes de utilizar recursos multimídia para fins educacionais. A tecnologia sempre fez parte da vida escolar, e seu uso educacional cabia ao professor. Assim, o professor é aquele que desenvolve estratégias, práticas e didáticas para a utilização de um recurso.

Essas reflexões respondem ao que Prensky (2001; 2010), Allesandrini (2002) e Giraffa (2013) têm discutido em relação ao meio social e à atitude do professor diante das mudanças que ocorrem em decorrência de nossa própria evolução.

Como qualquer método, o uso da multimídia televisiva requer um planejamento cuidadoso e uma variedade de técnicas para garantir que o aluno esteja sempre interessado nesse recurso. Este recurso é uma das formas mais recentes de avaliar a aprendizagem de um aluno de forma a permitir que

ele articule sua aprendizagem e estabeleça conexões com a prática social por meio de discussões, produções verbais etc. O método escolhido determinará se a prática de ensino é ou não interativa e colaborativa. Um professor pode desenvolver inúmeras formas de trabalhar com os alunos a partir de um determinado texto ou até mesmo servir de ponto de partida para novas pesquisas.

Planejar atividades educativas que envolvam o uso de mídia impressa é diferente de pensá-las como proibindo o uso de rádio, programas de televisão, vídeos e mídias digitais mais modernas, como internet, teleconferência e vídeo (KENSKI, 2006).

Pela sua dimensão não linear, o multimídia interativo permite uma exploração aprofundada. Por meio da mídia, há uma nova estrutura para apresentar, demonstrar e organizar informações recém- adquiridas. O computador muda a maneira como essa relação é tratada, interrompendo a relação autor-leitor explicitamente definida em um livro e movendo-a para um nível superior. A interatividade oferecida pelos aplicativos multimídia pode ajudar nas tarefas de ensino e aprendizagem.

Um tema semelhante exigirá um plano de ação único quando explorado metodicamente através da utilização de diversos suportes, necessitando de alterações de forma a tirar partido dos recursos que cada um destes suportes pode proporcionar. Como resultado, ao desenvolver uma aula de história, o instrutor deve pensar interdisciplinarmente. Por exemplo, utilizando vídeos ou materiais impressos (textos, mapas, filmes), teremos aulas bastante diferentes se as combinarmos com conhecimentos de outras disciplinas, como a geografia (KENSKI, 2006).

Quando fica claro que cabe ao professor explorar minuciosamente todas as estratégias metodológicas ao utilizar um software ou qualquer outro recurso tecnológico, fica claramente definida a capacidade dos mediadores em utilizar os recursos tecnológicos. Ao usar a tecnologia para aprender, o software usado torna-se um fator que afeta o quão bem o aluno aprende (BRASIL, 2005).

Fundamentalmente, todos os estudos e pesquisas no campo da formação de professores que reflitam sobre sua própria prática mostram que é preciso mais do que conhecimento teórico e/ou experiência prática para ser um bom professor; você também precisa ser capaz de facilitar o acesso dos alunos para aprender.

A frequência com que os recursos são utilizados pelos professores não revelará por si só se eles contemplaram os objetivos e as estratégias instrucionais necessárias para a produtividade do material aprendido nos cursos, mas apenas aqueles benefícios que são vistos na forma como os alunos aprendem, pois é para isso que os programas de formação de professores devem prepará-los para realizar o uso eficaz dos recursos tecnológicos.

TV Multimídia é uma televisão de 29 polegadas projetada para uso educacional. Possui porta USB, leitor de cartão de memória para vídeo e áudio, s-vídeo, controle remoto com funções de liga e desliga timer, entre outros recursos. Os recursos de vídeo, som e imagem que o professor sem pen drive utiliza para preparar suas aulas podem ser encontrados no Portal Estadual da Educação, inclusive os produzidos pela TV Paulo Freire. O professor pode baixar e gravar em seu próprio HD, que fica no laboratório de informática da escola, ou em um pen drive.

Os objetivos pedagógicos de cada tema a ser abordado em aula, a metodologia a ser utilizada e os recursos necessários são estabelecidos pelo professor durante a fase de planejamento do trabalho docente. O segundo passo é selecionar o recurso educacional, prepará-lo e formatá-lo para uso na televisão.

A introdução desta tecnologia na sala de aula começa com a preparação, ou mais especificamente, com a discussão sobre o conhecimento prévio que os alunos têm do tema em discussão. A partir daí, o professor avalia o nível de compreensão do grupo e o ponto de vista de acordo com suas experiências na comunidade em que estão sendo introduzidos. Em cada aula didática em sala de aula, as imagens, vídeos e sons fornecidos pela televisão têm um impacto significativo no desenvolvimento da compreensão do aluno.

CONCLUSÃO

A sociedade baseada no conhecimento em que vivemos atualmente nos oferece uma vasta gama de oportunidades no que diz respeito ao uso da tecnologia na educação. O uso da tecnologia na educação permite que a pedagogia adquira um novo significado: a integração dos materiais escolares com a tecnologia aumenta a capacidade dos educadores de agregar novos conteúdos às estruturas de conhecimento existentes e estabelecer conexões entre elas e os conhecimentos prévios, tornando a aprendizagem significativa.

A contribuição deste estudo aponta desafios para a formação de professores diante dos efeitos que os avanços tecnológicos estão projetando na prática pedagógica e na educação, bem como a necessidade de acomodar a multimídia e o vídeo digital como fatores motivadores da aprendizagem dos alunos no meio acadêmico.

Um ótimo recurso para ilustrar, exemplificar, fazer comparações, destacar informações cruciais, visualizar e reforçar um conceito por meio do uso de recursos de áudio, visual e vídeo é a televisão. Nessa perspectiva, acredita-se que fazer uso dos recursos tecnológicos que a escola disponibiliza é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem continue produzindo melhores resultados.

Como qualquer método, o uso da multimídia televisiva requer um planejamento cuidadoso e uma variedade de técnicas para garantir que o aluno esteja sempre interessado nesse recurso. Este recurso é uma das formas mais recentes de avaliar o aprendizado de um aluno, avaliando o quanto bem ele transmite suas ideias e estabelece conexões com a prática social por meio de discussões, produção verbal etc. O método escolhido determinará se a prática de ensino é ou não interativa e colaborativa. Um professor pode desenvolver inúmeras formas de trabalhar com os alunos a partir de um determinado texto ou até mesmo servir de ponto de partida para novas pesquisas.

A tecnologia pode ser desmistificada por meio da formação de professores em tecnologia educacional, deixando os professores capacitados para utilizá-la e contribuindo para a reflexão sobre a mudança de paradigmas educacionais, mudanças nos métodos de ensino, novos componentes a serem incorporados nas situações de aprendizagem, como a aprendizagem cooperativa e atividades educativas que levem em consideração os interesses e potencialidades dos alunos relacionados à era digital.

O treinamento daria aos professores, em grande parte imigrantes digitais, confiança para se familiarizar com a tecnologia e vê-la como uma aliada em um movimento de revitalização da educação. Embora a presença de recursos tecnológicos em sala de aula não garanta a criação de um conhecimento significativo por si só, essa capacidade pode ser capaz de aproximar alunos e professores ao falarem a mesma língua.

REFERENCIAS

ALLESSANDRINI, Cristina Dias. O desenvolvimento de competências e a participação pessoal na construção de um novo modelo educacional. In: PERRENOUD, Philippe; THURLER, Monica Gather. As competências para ensinar no século XXI, a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 157-176.

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BRASIL, Secretaria de Educação à Distância (Org.) Interação das Tecnologias na Educação. Brasília/SEED/TVESCOLA/ Salto para o Futuro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Mídias na Educação: Metodologia das ciências sociais: Unidade I: Pesquisa em Ciências Sociais. 2012. Disponível

em:

<http://moodle.cinted.ufrgs.br/moodle/file.php/191/metodologia_pesquisa/materiais_apoio/unidadeI/unidadeI_topico01.pdf>. Acesso em 02 de março de 2023.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2002.

GIRAFFA, Lucia M. M. Jornada nas escolas: a nova geração de professores e alunos. *Tecnologias, Sociedade e Conhecimento*, Campinas, v, 1, n. 1, p. 100-118, nov. 2013. Disponível em: . Acesso em: 01 de março de 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. **Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária**. São Paulo, Cortez, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Gestão e uso das Mídias em Projetos de Educação à Distância**. *Revista E-Curriculum*. São Paulo, v.01, n.01 dez-jul-2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em 02 de março de 2023.

KENSKI, V. M. **Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais**. In: BARRETO, R. G. (Org.) *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. (p. 74-84).

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi - 10. ed. rev. e ampl.

- São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, Patrícia Rosa Traple. **Novas tecnologias de informação e comunicação e a formação dos professores nos cursos de licenciatura do Estado de Santa Catarina. Dissertação de mestrado**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~edla/orientacoes/patricia.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2023.

MACHADO, Márcia Alves de Carvalho. **Oferta de disciplinas relativas às TIC nos cursos de licenciatura presenciais das universidades de Sergipe**. In: *Anais do V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. São Cristóvão: Sergipe, 2011. Disponível em: . Acesso em: 03 de março de 2023.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus Editora, 2015

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte". **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, 2006.

SAMPAIO, M. N., LEITE, L. S. **Alfabetização Tecnológica do professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, J. T. M. A. da. Novas Tecnologias na Educação: Um desafio à sociedade globalizada. **NETSABER ARTIGOS** - 2009. Disponível em:<http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_18782/artigo_sobre_novas_tecnologias_na_educacao_um_desafio_a_sociedade_globalizada>. Acesso em: 02 de março de 2022.

SOUZA, Valdirene E.B de; MELLO, Rita M. A. V. de. Uma breve reflexão do percurso das políticas públicas educacionais no Brasil: em foco a formação continuada. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 94-107, jan./mar., 2019.

TIJIBOY, Ana Vilma. Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação. Organizado: Mozart Linhares da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

VALENTE, José Arnando (org.) Formação de Educadores para o uso da informática na escola. NIED/UNICAMP. Campinas, 2003.

Capítulo 2

O USO DOS SMARTPHONES EM SALA DE AULA E O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DO CENÁRIO TECNOLÓGICO

Autores

José Carlos Guimarães Junior

Douglas Grzebieluka

Danielle Alves Cordeiro

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

Danielly Berneck Coas Ribeiro

Marttem Costa de Santana

Resumo

O smartphone evoluiu de um meio básico de comunicação para uma ferramenta indispensável para muitas pessoas, inclusive profissionais. Este artigo analisa a aceitabilidade e a intenção de uso do telefone celular em sala de aula nas séries finais do ensino fundamental e médio, a fim de apontar desafios para o uso do aparelho em sala de aula e estratégias pedagógicas que estimulem seu uso ao invés de promovê-lo como uma ferramenta de ensino. Diante dessa realidade, justifica-se o estudo, pois tais aparelhos proporcionam novas formas de comunicação entre alunos e educadores. Para abordar a questão do uso do smartphone em sala de aula e o papel do professor em um ambiente tecnologicamente avançado, foi realizado um projeto de pesquisa bibliográfica que envolveu a análise de artigos científicos, periódicos e legislação pertinente. Aborda também a importância do trabalho com as tecnologias móveis nos processos de ensino aprendizagem, bem como a força do ensino híbrido, das metodologias ativas e das políticas públicas de investimento em infraestrutura e formação de professores para que haja um ensino contextualizado à realidade do discente.

Palavras-chave: Educação. Smartphones. Tecnológica. Professores.

Introdução

Com os avanços mundiais e tecnológicos, as discussões sobre o desmontem de paradigmas educacionais ultrapassados estão cada vez mais evidentes. E nesta situação, a educação, que é um componente integral e importante, não poderia ser marginalizada por tais mudanças. Com base nisso, não se pode aceitar uma escola que continua a aderir a modelos convencionais em toda a linha. Como a educação pode ser guiada e seguir precedentes históricos se ela está conectada com o futuro?

O aluno do século XXI traz consigo uma rica bagagem desde o seu primeiro dia de estudo, pois, antes de frequentar uma escola, ele já teve acesso aos mais variados meios de comunicação como televisão, celular, rádio, vídeos, internet, jogos interativos, entre outros. Ainda é comum supor que um aluno é um "diamante bruto para ser lapidado" quando entra pela primeira vez na sala de aula. Com isso, o professor acaba desconsiderando tudo o que foi aprendido ao longo da vida e inicia uma formação que se baseia na absorção passiva, muitas vezes desmotivada, de informações.

Embora o país esteja na era das telecomunicações, vários estados do Brasil aprovaram leis que proíbem o uso de telefones celulares para fins não didáticos em sala de aula. Isso é feito para evitar o uso do dispositivo em situações em que ele atrapalha a concentração períodos.

A exemplo disso, no Estado do Paraná, foi instaurada a lei nº 18.118/2014 que entrou em vigor no dia 24 de junho de 2014. Os jovens alunos do Ensino Fundamental e Médio ainda não possuem capacidade de governar o uso desses dispositivos, o que resulta na interrupção da atenção durante o horário de aula, bem como no acesso a conteúdo impróprios, conforme o texto original do projeto do aluno. Com base nessas justificativas, certas instituições negam o uso de smartphones em todas as situações. Também é possível que os próprios docentes apoiem essas escolhas e apresentem resistências quando lhes é proposta uma formação na área e, conseqüentemente, a utilização das TIC nos dispositivos em questão. Diante

dessa realidade, a pergunta que surge naturalmente é: Qual é o cenário típico de uso do celular em salas de aula de escolas públicas?

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é investigar de forma geral o contexto de uso do celular em uma sala de aula de uma escola pública.

Tendo em vista que um professor alfabetizado tecnologicamente tem maiores oportunidades de atuar como orientador , motivador e expoente de materiais previamente produzidos, é fundamental que essa análise seja realizada para que, com base nos achados, pode ser possível pensar em abordagens para envolver o público em discussões sobre o valor de se envolver com ferramentas de comunicação , bem como integrar esses recursos ao ambiente educacional para aumentar o uso e tornar os procedimentos pedagógicos mais atraentes ,prático e simples porque, segundo Moran, "O professor agora tem que se preocupar não só com o aluno em sala de aula, mas também em organizar pesquisas online, acompanhar experimentos de laboratório, projetos que serão ou estão sendo realizados e experiências que conectam o aluno à realidade ” (MORAN, 2004, p.15).

Como resultado, este estudo justifica-se por acreditar na importância de desenvolver reflexões sobre o uso de dispositivos móveis como recursos didáticos durante o ensino-aprendizagem de línguas. Isso ocorre porque esta pesquisa pode trazer benefícios tanto para aqueles que estão se preparando para se tornarem professores e aqueles que já atuam na área e precisam de atualização profissional.

Este estudo partirá de uma pesquisa bibliográfica acerca da importância do uso das TIC nos ambientes de aprendizagem, dando ênfase aos aparelhos de celular e expondo dados referentes à utilização deles.

Moran, afirma que as medidas que devem ser tomadas são complicadas porque não há um modelo a ser seguido e porque qualquer mudança – seja curricular, metodológica ou estrutural–depende de pesquisas e planos de longo prazo que levem em conta as características únicas de cada instituição, seus participantes e o contexto social em que são implementados. Por isso, é fundamental que todos os envolvidos se unam para trabalhar em equipe a fim de tornar os processos mais práticos, rápidos e acessíveis para que o uso da tecnologia atinja todo o seu potencial.

Em geral, o tema da mídia na educação é bastante amplo. Examinar as relações dos alunos com os dispositivos móveis é uma tarefa interessante, mas às vezes pode ser desencorajadora devido aos inúmeros debates, controvérsias e discussões em torno de seu uso. É por isso que "O uso do celular como ferramenta pedagógica" foi escolhido como tema deste projeto acadêmico. Como resultado, o objetivo de limitar o estudo a um determinado dispositivo foi examinar como ele pode ser usado em atividades educacionais produtivas.

Este trabalho desenvolveu-se através de uma pesquisa quantitativa. Teve por base uma abordagem de método dedutivo, uma vez que a natureza dos dados coletados reflete a forma como os sujeitos envolvidos analisaram o tema.

2. O uso das tecnologias móveis no ambiente escolar e o reflexo no processo de ensino e aprendizagem

Enquanto muitos professores ainda se opõem à incorporação das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem (talvez porque nem todos os professores sejam de gerações que tiveram acesso a esse mundo tecnológico em seu cotidiano), "uma falta de segurança parece ser o principal motivo dessa oposição ao uso de dispositivos móveis como ferramentas de ensino" (LOPES & PIMENTA, 2017).

Desde os primórdios, a comunicação faz parte da vida humana. Essa capacidade de enviar mensagens permitiu que os humanos desenvolvessem a capacidade de se relacionar uns com os outros com base na troca de informações, registro de fatos e expressão de ideias e emoções. Esses fatores ajudaram a evolução dos métodos de comunicação.

Como resultado desse rápido desenvolvimento, o homem criou a pré-escrita, a escrita, o papel, as impressões manuais e, eventualmente, os dispositivos mecânicos que permitiram que a comunicação abrangesse distâncias geográficas, culturais e até cronológicas.

Nesse avanço paulatino, veículos de comunicação tão diversos quanto jornais, revistas, rádio e televisão foram utilizados antes de chegarmos à atualidade, que é denominada de Era da Tecnologia e Informação por

autores das mais diversas áreas , entre eles Jamil e Neves (2000).

O termo "Tecnologias de Informação e Comunicação" (TIC) refere-se a todas as tecnologias que interferem e afetam os processos de comunicação interpessoal. Correspondem a um "conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que fornecem, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem".

Atualmente, a sociedade vive um período de constantes mudanças devido ao acelerado desenvolvimento do processo tecnológico, que trouxe mais praticidade, conforto e informação para a vida das pessoas. Hoje em dia, muitas das nossas necessidades podem ser atendidas e obtidas com o clique de um botão. Veja como as novas tecnologias trazidas pela globalização já fazem parte do cotidiano das pessoas, principalmente dos mais jovens, chamados de “nativos digitais” que nasceram por volta de 1990 e cresceram utilizando bastante a internet e outras tecnologias (FRANCO, 2013; PRENSKY, 2011 apud COSTA; DUQUEVIZ; PEDROZA, 2015, p.604).

Diante disso, é fundamental considerar as implicações desse cenário tecnológico para a esfera educacional, visto que a escola é um dos principais atores responsáveis pela educação do jovem. Assim, é crucial considerar como as instituições educacionais estão respondendo à transformação pela qual a sociedade do século XXI está passando.

Como resultado dessa transformação, fica claro que as escolas enfrentam atualmente um dilema significativo em relação à proibição do uso do celular em sala de aula. Isso ocorre porque relatos de professores afirmam que os alunos usam seus telefones para jogar ou acessar redes sociais e mídias durante a aula, tornando-se disperso e desorganizado em relação ao assunto abordado pelo professor em sala de aula. Com respeito à dispersão, Nagumo no seu estudo diz que:

De acordo com os dados coletados, fica evidente que existem leis e regulamentos escolares que permitem o uso desses dispositivos em ambientes educacionais; no entanto, o instrutor estabelece as regras de comportamento em sala de aula. Para evitar que o aluno se distraia e incomode os outros alunos, muitos acabam

liberando o uso de um espaço quando uma atividade é concluída. Os alunos muitas vezes transgredem as regras e usam seus telefones quando têm tempo livre na aula ou estão desinteressados nas aulas. Além disso, eles querem se comunicar e entrar nas redes sociais, ou mesmo fazer buscas rápidas online para tirar dúvidas das aulas. Como efeitos gerais desse uso, há desorganização estudantil, questões de privacidade, divulgação de conteúdo inapropriado e "cola" nas provas. Nesse cenário, fica claro que a escola entende as questões sociais e culturais que envolvem esse costume dos jovens e utiliza o fenômeno como uma oportunidade de aprendizagem de proximidade. A escola pode negociar com os alunos para que ocorra o uso responsável desses aparelhos nesse ambiente. Além de utilizar a comunicação online para estabelecer conversas com esses jovens e trabalhar questões éticas relacionadas ao uso da tecnologia. O uso inteligente da tecnologia em sala de aula pode resultar em um ambiente de aprendizagem mais envolvente e colaborativo para os alunos (NAGUMO, 2014, p. 6).

Diante disso, pensa-se que a solução para esse potencial problema de dispersão e disfunção não é proibir o uso do celular nas salas de aula, mas sim utilizá-lo de forma responsável e ética como uma ferramenta de ensino que facilite o processo de aprendizagem já que a maioria dos alunos tem acesso a eles. No entanto, cabe ao professor, com o apoio da escola, estabelecer as regras de utilização dessa ferramenta em sala de aula, a fim de estimular o uso responsável e uma aprendizagem mais significativa e envolvente para os alunos. Como nos afirmam Nagumo e Teles:

A incapacidade de se concentrar nas aulas não será corrigida apenas com a proibição do uso da tecnologia. O fato de os alunos considerarem as aulas tediosas provavelmente decorra da falta de relação destas com a realidade e uma expectativa delas. Embora o papel da educação no desenvolvimento social de cidadãos e trabalhadores críticos seja significativo, o paradigma atual está cada vez mais distante das necessidades de uma população que tem acesso contínuo à informação. Entender por que os alunos escolhem navegar na Internet durante aulas tediosas pode apontar o caminho para melhorias que podem ser feitas na sala de aula (NAGUMO; TELES, 2016. P. 365)

Novos avanços tecnológicos devem ser incluídos no processo educacional, pois já influenciam as práticas sociais dos alunos. Como relatam Oliveira; Gandini; Delgado (2018,) “devemos lembrar que os avanços tecnológicos estão cada vez mais influenciando o modo de vida das pessoas, dessa maneira a educação não pode ficar por trás, deve também utilizar este mecanismo a seu favor”.

Como resultado da introdução dessas novas ciências nas organizações existentes, houve uma mudança perceptível nas formas como as pessoas se comunicavam para obter informações. Estes dizem respeito a instituições de ensino que alteraram suas estratégias de ensino para que seus alunos pudessem acompanhar as mudanças da sociedade.

No mesmo sentido, e com o intuito de aproximar o ambiente educacional da realidade social dos alunos, as Orientações Nacionais para o Currículo (BRASIL, 2006, p. 57) afirmam que "o uso adequado dos produtos das novas tecnologias é essencial quando se considera uma eficaz educação para todos", o que apoia nossa afirmação.

Tal como está, os meios tecnológicos são hoje uma opção para o desenvolvimento da educação. Para isso, são utilizadas ferramentas de mídia digital, dando aos alunos acesso à informação e a possibilidade de realizar inúmeras tarefas. Eles também possibilitam que os alunos se comuniquem com os professores por meio de uso de mídias sociais e participação em comunidades virtuais.

O fato de o uso de dispositivos móveis na educação ainda não ter sido oficialmente adotado provavelmente tem mais a ver com questões econômicas do que com sua utilidade nas salas de aula, pois isso exigiria o desenvolvimento de mecanismos para tornar os dispositivos móveis acessíveis a todos segmentos da sociedade, incluindo os grupos menos favorecidos que podem não ter os meios para fazê-lo.

Nesse sentido, é fundamental ter em mente que a maioria das escolas, principalmente as públicas, muitas vezes não disponibiliza recursos tecnológicos aos professores em sala de aula. Mas, como vimos nesse período de pandemia, algumas instituições já estão desenvolvendo alternativas para aqueles alunos que não conseguem obter computadores com recursos

próprios para acompanhar as aulas online, oferecendo suplementos e subsídios a esses alunos. Assim, se fôssemos avaliar a importância desse recurso dentro da sala de aula, seria necessário buscar alternativas que nos permitissem evitar a criação de distinções entre quem pode acessá-lo por seus próprios meios e quem não pode.

Em conjunto com a Mobile Learning Week, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicaram um guia com recomendações para incentivar os governos nacionais a implementar políticas públicas de educação que valorizem o uso de dispositivos móveis nas salas de aula.

Segundo Steve Vosloo, coordenador do projeto (apud GOMES, 2013), “Cada país está em um patamar diferente quando se trata do uso de tecnologias móveis em sala de aula. É crucial que todos usem o mapa adaptado às suas próprias necessidades locais por causa disso. O autor afirma que a inspiração para lançar essas sugestões partiu da constatação de que muitos governos veem com bons olhos o uso das TICs em sala de aula, mas têm dúvidas sobre como proceder.

Assim, a utilização do dispositivo móvel para educação pode contribuir satisfatoriamente para o processo de aprendizagem, como já ocorre na área de ensino a distância presencial, onde este dispositivo tornou-se um aliado fundamental na viabilização da comunicação e na mediação de conceitos, preste atenção especial às aulas de línguas estrangeiras, pois existem muitos recursos, aplicativos e sites disponíveis em dispositivos móveis que podem ajudar no aprendizado de idiomas. De acordo com as Diretrizes da UNESCO para a Política de Aprendizagem Móvel:

Além disso, estudantes que conversam com pessoas fluentes em uma língua podem usar um aparelho móvel para traduzir o sentido de palavras e frases não familiares e, dessa forma, melhorar sua comunicação. Esse procedimento se torna mais direto pela mobilidade e relativa simplicidade do dispositivo, pois não interrompe as conversas como faria um laptop ou um dicionário tradicional. Vários aplicativos de tradução permitem que os alunos escrevam palavras difíceis para revisão posterior, e combinações de palavras ambíguas podem ser

dadas a um professor na sala de aula posteriormente. Como resultado, as tecnologias móveis ajudam a garantir que a aprendizagem ocorra dentro e fora da sala de aula e apoiem-se mutuamente (UNESCO, 2013, p.23)

Além disso, ressalta-se que os governos devem investir em políticas públicas que promovam o uso de tecnologias móveis em sala de aula, como “ensinar professores a avançar no aprendizado por meio do uso de tecnologias móveis” (UNESCO, 2013).

Segundo pesquisadores da UNESCO, as restrições de acesso às TIC já passaram do prazo e o desafio agora é encontrar uma forma de justificar seu uso.

Não importa em que estágio de discussão o país esteja, especialistas da UNESCO de todo o mundo desenvolveram um guia com diretrizes gerais que podem ser utilizadas por qualquer governo.

As diretrizes da organização internacional são diretas: são necessárias políticas que estimulem o uso de tecnologias móveis nas salas de aula, tanto no sentido de desenvolvê-las quanto na atualização das que já existem em um momento em que as tecnologias móveis ainda não têm tanta acessibilidade.

De acordo com o MEC, “as atividades pedagógicas desenvolvidas em meio digital permitem que os alunos aprendam conhecimentos tecnológicos ao lado de uma proposta pedagógica escolhida” (BRASIL, 2013). A integração digital de smartphones com acesso à internet na educação permite que os educadores explorem novos horizontes dentro dos limites da sala de aula.

O celular é uma ferramenta presente no nosso contexto escolar, não temos como ignorá-lo ou proibi-lo, precisamos discutir com o aluno, com a sua família, com a comunidade em geral a melhor maneira de explorar essa mídia no contexto do ensino e da aprendizagem (SOUZA, 2013, p. 17).

Além do que um livro didático ensina, o uso de um smartphone com acesso à internet nas salas de aula pode beneficiar a pesquisa ao completá-la. Com acesso a sites educativos que apresentam interação e hipertexto, além de imagens biológicas fundacionais, vídeos expositivos, acesso a bibliotecas virtuais, etc. Assim, "uma vantagem fundamental do aprendizado móvel é que ele oferece oportunidades educacionais dentro e fora da sala de aula". (UNESCO, 2014, p. 38).

Na verdade, o educador tem duas responsabilidades fundamentais por ser o intermediário de novas metodologias de aprendizagem e, sobretudo, por servir de modelo para os seus alunos: O primeiro passo é adotar comportamentos e atitudes específicas em relação à tecnologia; o segundo é capacitar-se no domínio da tecnologia, pois deve demonstrar conhecimento e confirmação, analisando cuidadosamente os materiais que coloca a disposição dos alunos.

Diante disso, a capacitação dos professores para a implantação dessas novas tecnologias se faz necessária, pois é comum os educadores desenvolverem aulas tradicionais em sala de aula e eventualmente utilizarem recursos tecnológicos como auxílio pedagógico. Esses comportamentos mostram como os meios de comunicação têm sido integrados à prática educacional.

A esse respeito, Demo (2008) faz uma interessante conclusão sobre o papel do professor na polêmica em torno das mudanças nas práticas curriculares provocadas pelo uso das tecnologias atuais e emergentes:

Temos que cuidar do professor, porque todas essas mudanças só entram bem na escola se entrarem pelo professor, ele é a figura fundamental. Não há como substituir o professor. Ele é a tecnologia das tecnologias, e deve se portar como tal.

Portanto, melhorar as estruturas profissionais dos professores é uma provisão de suma importância em qualquer esforço para melhorar o calibre da educação. Como este é o momento em que o educador pode descobrir novas formas de utilizar a tecnologia disponível em sala de aula, a formação

contínua deve ser um processo de atualização contínua do educador.

3. O papel do professor diante do cenário tecnológico

O mundo globalizado assiste a uma rápida adoção das TIC, chamando a atenção dos formuladores de políticas para o desafio de incorporá-las às práticas educativas nas escolas. Essa ação é amparada por documentos legais no Brasil, como o Artigo V da Constituição Federal sobre o avanço das humanidades, ciências e tecnologias do país, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa coordenar e desenvolver a educação integrando o públicosektor para influenciar a política (ORTH, 2013).

Nessa perspectiva, o smartphone é uma ferramenta inesperada para muitas profissões, pois auxilia na realização de diversas tarefas. No entanto, quando se trata de utilizar esta ferramenta em sala de aula, muitas instituições de ensino muitas vezes proíbem seu uso, retratando-a como um poderoso vilão responsável por dispersar a atenção dos alunos .

Porém, quando há um maior foco na vida escolar, especificamente no cotidiano das salas de aula, percebe - se que esse ambiente não segue a norma em outras esferas da sociedade, tornando visível a resistência ao avanço do uso de tecnologias em sala de aula .

É um tema frequentemente discutido e com defensores e opositores. Isso porque não se pode negar que o uso de um dispositivo móvel em ambiente escolar está se tornando cada vez mais comum, e atualmente não há regulamentação oficial sobre seu uso. Além disso, vários estudos há muito defendem o uso desse dispositivo móvel como uma ferramenta didática eficaz para auxiliar o professor na gestão do conhecimento.

Sabendo que o poder público deve primeiramente implementar políticas públicas que apoiem o uso das TIC em ambientes educacionais, a responsabilidade pela construção do conhecimento cabe à escola, que deve oportunizar a seus funcionários e alunos a utilização de diversas ferramentas tecnológicas para tornar os processos educativos mais dinâmicos e intensos. E o encarregado de colocar em prática essas tendências é o professor, que

deve atuar como facilitador e colaborador no processo educativo. Para obter sucesso com essas ideias, é fundamental que esses profissionais busquem a formação necessária e apliquem as teorias em aplicações práticas dentro e fora da sala de aula, pois "as tecnologias sozinhas não mudam a escola, mas trazem milhares de oportunidades pelo apoio ao professor e interação com e entre os alunos" (MORAN, 2004, p.14).

José Moran (2004) destaca que os professores ainda não estão preparados para utilizar os recursos tecnológicos e que mesmo depois de fazerem pequenas concessões ao uso da tecnologia, continuam a utilizar os métodos tradicionais de ensino. "Os professores entendem que precisam mudar, mas não estão preparados para isso e não podem conduzir experimentos com segurança" (MORAN, 2013, p.02).

O aluno no ambiente de sala de aula deixou de ser percebido como uma lousa em branco e ociosidade, e passou a ser "bombardeado" por diversas notícias divulgadas pela mídia em geral (FREIRE, 1981).

Isso significa que o papel da escola no cenário hipotético deveria ser primeiro investigar o conhecimento detido pelos alunos e depois trabalhar de acordo com os resultados dessa investigação. Em seguida, deve atuar como um mediador entre o aluno e o conhecimento, validando ou complementando o conhecimento correto aprendido e reiterando ou dissipando qualquer conhecimento ambíguo detido pelos alunos (LOPES, 1999)

Na maioria das vezes, os alunos têm mais controle sobre seus smartphones do que alguns de seus professores, o que torna necessário que esses profissionais estejam cientes da importância de se conscientizar levando em consideração a bagagem individual de cada um, o que revela que ambientes de aprendizagem são afetados.

Rebeca Otero afirma que em relação ao posicionamento dos respondentes à coordenadora de educação da UNESCO no Brasil, essa resistência se deve ao fato de o entrevistado não estar totalmente preparado e não estar acostumado a utilizar tal ferramenta, com isso, muitas oportunidades educacionais são perdidas, principalmente na fase do ensino médio, quando os alunos já estão engajados e ativamente envolvidos na comunicação proporcionada pelo uso da internet.

A necessidade de apoio e motivação institucional deve ser levada em conta quando o professor se moderniza e embarca na busca pela inovação. Sobre este contexto, Moran (2004) afirma que uma sala de aula que reforçou uma educação de qualidade "precisa fundamentalmente de professores bem-preparados, motivados, bem remunerados e cu formação pedagógica aprimorada".

Ao discutir a formação, é importante notar que existem deficiências no ensino superior, principalmente no que diz respeito à preparação dos profissionais da educação. A grade curricular dos cursos da área de educação não contempla disciplinas que incorporem o uso de tecnologia. Com isso, o professor, muitas vezes com carga horária exigente e remuneração insatisfatória, não se sente motivado a se dedicar a essa área. Deve-se notar também que a oferta de cursos não é muito comum.

Todo o espectro de processos sociais é a origem da evolução tecnológica. Nada de novo foi introduzido na sala de aula, e o que já existia colocava mais ênfase no aluno do que no professor. Para tornar esses recursos parte integrante dos processos educacionais, é preciso investir no desenvolvimento profissional, na motivação, no incentivo ao compartilhamento de ideias, na utilização de equipamentos de ponta e no reconhecimento de especialistas do setor. Instalar equipamentos sem orientar o uso faz com que as políticas de incentivo percam seu foco principal, que é o ensino de qualidade.

O uso do celular por alunos auxilia no aprendizado ao possibilitar exercícios, interações e atividades que seriam impossíveis sem eles. Além disso, o uso do celular melhora a produtividade da sala de aula, permitindo ganhos de tempo e qualidade das aulas.

Percebe-se que parte do trabalho como professor é ensinar aos meus alunos os usos adequados do celular para que eles possam exercer esses bons usos nas atividades diárias da escola e, por sua vez, fazê-lo fora da sala de aula (no trabalho, em casa, e através várias formas de comunicação) também. Nesse sentido, percebe-se que utilizar a tecnologia na educação não é mais uma escolha e sim uma obrigação de nossa sociedade.

É fundamental que o professor supere os obstáculos, pois é um desafio e busca conhecimento para ser conhecedor e trabalhar em conjunto com as tecnologias. Por fim, "O celular é e sempre será o que fizemos dele [...] aqui engloba todos os envolvidos no processo, incluindo produtores, consumidores, críticos e criadores." (MACHADO, 2001, p.15 -16).

Para isso, Moran, afirma que as medidas que devem ser tomadas são complicadas porque não há um modelo a ser seguido e porque qualquer mudança – seja curricular, metodológica ou estrutural – depende de pesquisas e planos de longo prazo que levem em conta as características únicas de cada instituição, seus participantes e o contexto social em que são implementados. Por isso, é fundamental que todos os envolvidos se unam para trabalhar em equipe a fim de tornar os processos mais práticos, rápidos e acessíveis para que o uso da tecnologia atinja todo o seu potencial.

4. Conclusão

O uso da tecnologia em sala de aula é um tema que tem recebido bastante atenção em diversos estudos na área da educação. A utilização de ferramentas como projetores ou espelhos mágicos, porém, por vezes, busca apenas substituir o “quadro e giz”, dando continuidade a palestras que são meramente expositivas. Isso porque ainda estão longe de serem implementados como subsídios pedagógicos para professores na criação de palestras que são mais significativas para os alunos e que incentivam o aprendizado nessas situações atuais.

Vários estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de aumentar o envolvimento do aluno na criação da sua própria aprendizagem, que pesquisam como as mais diversas TIC são implementadas no cotidiano da sala de aula e quais fatores podem auxiliar no aprendizado dos alunos.

Este estudo trouxe à tona uma discussão sobre o uso do celular em sala de aula. Tanto o celular quanto o TIC em geral são ferramentas necessárias para colocar as aulas em prática com o objetivo de torná-las mais didáticas e significativas para os alunos.

Com foco nas opiniões dos idealizadores do processo educacional, ou seja, professores e alunos, finalmente, dado o significativo desenvolvimento e prevalência das tecnologias móveis na sociedade, é impossível ignorar o seu uso nas salas de aula, uma vez que as escolas devem fornecer um ensino que seja relevante para a vida cotidiana dos alunos e que tenha em conta os processos de comunicação na sua forma mais diversas situações.

É importante considerar as diversas formas pelas quais esse aprendizado pode ser viabilizado, levando em consideração o papel do professor e a motivação que isso exige na busca por uma formação que inclua o trabalho com educação híbrida e metodologias ativas entre outras formas de inovação.

Diante desse significado, aderir aos avanços tecnológicos na educação significa para o professor investir em si mesmo e possibilitar que o outro tenha acesso à informação e ao conhecimento, transformando-os e capacitando-o para ser o agente de mudança em ambas as suas histórias.

O professor pode encarar os recursos tecnológicos atuais como um auxílio ao aprendizado e como uma ferramenta que pode despertar o interesse dos alunos em aprender sobre diversas áreas do conhecimento.

Referências

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf. Acesso em 13 de mar. de 2023.

COSTA, S. R. S.; DUQUEVIZ, B.C.; PEDROZA, R. S. **Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, volume 19, número 3, p. 603-610, set/dez 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NwwLwRTRTdBDmXWW4Nq7ByS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de mar. de 2023.

DEMO, Pedro. Pedro demo aborda os desafios da linguagem no século XXI. In: **Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC.** Guia do Cursista/Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lucia Amaral – Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância; 2008.

GOMES, Patrícia. **10 dicas e 13 motivos para usar celular na aula**, 25\02\2013. Disponível em <<http://porvir.org/porfazer/10-dicas-13-motivos-para-usar-celular-na-aula/20130225xd>>. Acesso em 14 de mar. De 2023.

JAMIL, George L. e NEVES, Jorge T. R. A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, Vol. 5, nº 1, p. 41-53, jan.\jun. 2000. Disponível em <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/11>>. Acesso em 10 de mar. De 2023.

LOPES, P. A.; PIMENTA, C. C. C. **O uso do celular em sala de aula como ferramenta pedagógica: Benefícios e desafios**. Revista Cadernos de estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v.3, n.1, p.52-66, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/229430-111247-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/229430-111247-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 13 de mar. De 2023.

MORAN, José Manuel. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%252TextoMoran.pdf>. Acesso em 10 de mar. De 2023.

MORAN, José Manuel; SILVA, Maria da Graça Moreira; PEREIRA, Maria Elizabeth B. et al. **Módulo Introdutório: Integração de Mídias na Educação**. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/file.php/1/Cursos-Ano-Base_2013/Acervo_BibliotecaS7-PECE_2013/Midias_Educacao-Modulo_Introdutorio_Integracao_Midias_Educacao. Acesso em, 14 de mar. De 2023.

NAGUMO, E. **O uso do aparelho celular dos estudantes na escola. Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade de Brasília. Brasília-DF, p.1-100, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16856/1/2014_EstevonNagumo.pdf. Acesso em 13 de março de 2023.

OLIVEIRA, A. P. M. D.; GANDINI, L. C. R.; DELGADO, O. O. C. **Novas tecnologias na educação: desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem**. Revista Espaço Acadêmico, v. 05, n.10, p. 39-51, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1095/1/TCC%20com%20ficha%20catalogr%C3%A1fica%20-%20MYKELINE%20VIEIRA.pdf>. Acesso em 14 de mar. De 2023.

ORTH, Miguel Alfredo; FONSECA, Sonia Maria Seade; CASTRO, Vera Lícia Cezar de et. al. **Políticas educacionais: aspectos legais**. Canoas: Unilasalle, 2005.

OLIVEIRA, C. L. S. **O Ensino de Línguas Estrangeiras com o Apoio das Tecnologias da Informação e Comunicação na Escola de Ensino Profº Flodoardo Cabral**. In: X SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZONIA SUL-OCIDENTAL, n.1, 2016, Acre, Rio Branco. Transitos Pós-Coloniais e decolonialidade de Saberes e Sentidos. Revista Foco e Escopo p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/simposiufac/login>. Acesso em 10 de mar. De 2023.

SOUZA, Ivanete Alves de. A utilização do celular como ferramenta para o processo de ensino aprendizagem. **Revista Digital da CVA – Ricesu**, v. 7, n. 27, p. 1-12, fevereiro 2012. Disponível em: <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/195/167>>. Acesso em: 10 de mar. De 2023.

UNESCO Policy Guidelines for Mobile Learning. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**. Paris, France, 2013. Disponível em: <http://www.bibl.ita.br/UNESCO-Diretrizes.pdf>. Acesso em 10 de mar. De 2023.

Capítulo 3

ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

José Carlos Guimarães Junior

Douglas Grzebieluka

Danielle Alves Cordeiro

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

Danielly Berneck Coas Ribeiro

Marttem Costa de Santana

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica buscou identificar o comportamento social e interativo de alunos com altas habilidades e superdotação, que o exibem em sala de aula e em suas relações com outros alunos, familiares e público em geral. Como resultado, os resultados obtidos permitiram levantar os reflexos destacados ao colocar questões gerais de inclusão, com foco nos alunos que têm altos níveis de aptidão ou superdotação. Isso possibilitou aprender a trabalhar com materiais e tecnologias, facilitou a identificação desses alunos, destacou seus pontos fortes e melhorou os pontos fracos. Ressalta-se que o ambiente não é adequado para a aplicação de suas habilidades e carece de profissionais e métodos adequados especificamente para esse público, prejudicando o aprendizado dos alunos nesse processo. Como resultado, foram obtidos permitiram levantar os reflexos destacados ao colocar questões gerais de inclusão, com foco nos alunos que têm altos níveis de aptidão ou superdotação. Isso possibilitou aprender a trabalhar com materiais e tecnologias, facilitou a identificação desses alunos, destacou seus pontos fortes e melhorou os pontos fracos.

Palavras-chaves: Altas habilidades; Inclusão; Identificação

1. INTRODUÇÃO

A vida de uma criança roliça e com overdose pode oscilar entre dois extremos: o centro das atenções e a reclusão. Por isso, as pesquisas sugerem que é, de fato, possível estabelecer um equilíbrio saudável que, em certo sentido, aproveite as altas habilidades sem sacrificar as atividades comuns à infância.

Além disso, novas técnicas pedagógicas podem favorecer o desenvolvimento intelectual, artístico e psicomotor dessas crianças, pois, na maioria das vezes, elas tendem a ser mais alertas e perspicazes do que outras crianças na resolução de atividades específicas para seu nível de escolaridade. No entanto, essas qualidades também suscitam questões comportamentais e afetivas que, em conjunto, fazem com que essas crianças se sintam desvalorizadas e vivenciem um ambiente escolar desfavorável às suas necessidades.

A inclusão de alunos com deficiência sempre foi um processo com pressupostos e riscos variados. Diante dessa realidade, os procedimentos escolares relacionados a esses educandos atualmente precisam mais do que antes do professor e da escola atuarem de forma diferenciada.

O ambiente em que vivemos atualmente nos leva a buscar métodos de ensino adequados para esses alunos, para que o isolamento social causado pela pandemia não prejudique o desenvolvimento dos alunos com deficiência, principalmente aqueles com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) é o foco de nossa pesquisa.

Como resultado, o objetivo deste estudo é identificar o comportamento social e interativo das crianças com overdose, destacando as relações sociais que os alunos de sua idade têm com os outros e na sala de aula. Além disso, é fundamental entender as características compartilhadas pelos superdotados, bem como suas causas e efeitos, a fim de identificar os agentes que podem auxiliar no desenvolvimento efetivo desses indivíduos, tanto no nível social quanto intelectual.

Nesse sentido, o objetivo do estudo foi descrever as relações que se estabeleceram entre os superdotados e a escola, demonstrando assim a importância desta última na formação, organização e desenvolvimento da primeira, dadas as dificuldades que o anterior havia demonstrado anteriormente. Junto a isso, é importante levar em conta a atuação de pais e professores, bem como a integração desses agentes em torno do objetivo maior de conduzir os superdotados para uma vida saudável tanto social quanto intelectualmente. Além disso, muitos autores destacam a importância de se criar um ambiente rico em estímulos e, principalmente, com a presença da afetividade, fazendo com que tenham relações sociais e comportamentais dinâmicas, fortalecendo assim suas habilidades.

2. Procedimentos metodológicos

Este estudo identifica os comportamentos de alunos que apresentam altos níveis de aptidão e superdotação e destaca os desafios de comunicação que esse aluno apresenta.

Segundo Cervo e Bervian (1976), qualquer tipo de pesquisa, em qualquer campo do conhecimento, pressupõe e requer pesquisa bibliográfica prévia, seja para avaliação da situação em questão, para elaboração teórica, ou mesmo para defender a limites e contribuições do estudo individual.

Como resultado, a pesquisa bibliográfica é um excelente método para buscar conhecimento e aprimorar o conhecimento existente, e forma a base de toda pesquisa científica. Um "conjunto de conhecimentos colhidos em obras que têm como preceito central direcionar o leitor para um determinado assunto e para produzir, coletar, armazenar, produzir, usar e comunicar as informações coletadas para o propósito da pesquisa" é o que é a pesquisa bibliográfica (FACHIN, 2003, p. 125).

A abordagem qualitativa do estudo teve como objetivo proporcionar uma compreensão mais aprofundada dos antecedentes de uma determinada questão. Segundo Minayo (2001, p. 21), "a pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas. Nas ciências sociais, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Segundo Gil (2008, p. 27), essa metodologia visa “desenvolver, elucidar e modificar conceitos e ideias com vistas à formulação de problemas mais precisos”. A informação recolhida tem um carácter exploratório sem tirar conclusões estatísticas [...]. Esses métodos de pesquisa têm o planejamento menos rigoroso de todos os tipos. Segundo o autor, em comparação com a pesquisa descritiva ou explicativa, a pesquisa exploratória apresenta maior flexibilidade para sua execução (GIL, 2008).

Segundo Minayo (2001, p. 32), a metodologia bibliográfica, que ele define como "uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. "Desenvolvemos um estudo de caso específico utilizando esta metodologia

3. ALTAS HABILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

3.1 Conceito e Evolução histórica

Para compreender a educação especial numa perspectiva inclusiva, devemos olhar para a história da integração das pessoas com deficiência (PCD) na sociedade. Essa progressão de ideias e perspectivas de deficiência mudou ao longo do tempo durante os períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão. Dentre eles, focaremos primeiramente no estudo do período inicial, que vai da Antiguidade à Idade Média. Nesse sentido, “compreender as diversas formas como as pessoas interagem umas com as outras em cada época é entender que a visão da deficiência é social e historicamente construída” (CORRÊA, 2010, p. 10).

Os deficientes pareciam como necessitados de caridade, a própria religião carregada de cultura, que trazia o homem como semelhança de Deus na Idade Média, mesmo assumindo a condição de pessoas pela sociedade cristã, acreditava que a condição humana era perfeita tanto no aspecto físico quanto no mental, e que aqueles que não a possuíam não eram "parecidos com Deus", portanto não mereciam as mesmas condições. Eles foram expulsos

da sociedade e exigiam compaixão, mas não vivem como iguais (MAZZOTA, 2005).

Atualmente, o papel do prestador de assistência em relação ao PCD ganha força e se desloca para garantir as condições necessárias à sobrevivência dos deficientes em instituições afastadas da ordem social. Os médicos Paracelsos e Cardano começaram a ver a insuficiência como uma questão médica, rejeitando a noção moral e religiosa predominante de que tais indivíduos deveriam ser punidos ou possuídos por demônios, e apontavam para o papel da medicina como investigadora e juíza da vida desses indivíduos (CORRÊA, 2010).

A educação era dedicada a "curar" as pessoas com deficiência usando técnicas desenvolvidas por médicos e educadores como Jean Itard, que pesquisou como as pessoas com deficiência se desenvolvem e aprendem, como no caso do menino Aveyron com lobotomia. Como a fé e a moral proibiam a execução de pessoas com deficiência, essas pessoas representavam um fardo pesado para o governo e as famílias carregarem.

Pessotti (1984, p. 31) sustenta essa afirmação afirmando que a segregação é a melhor solução para essa questão, pois "não pune nem abandona o deficiente, mas também não sobrecarrega o Estado ou a família com sua presença inconveniente". Os portadores de deficiência nessa situação eram confinados a hospitais psiquiátricos, asilos ou igrejas, tendo direito a abrigo, alimentação e vestuário, mas sendo afastados da interação social e da vida cotidiana (LEMOS, 2009).

As pessoas com deficiência eram, portanto, vistas pela sociedade como inelegíveis porque não tinham oportunidades de se envolver ativamente em contextos sociais e profissionais. A finalidade dos hospitais, hospitais e demais instituições da época limitava-se ao atendimento médico, com tratamentos realizados com medicamentos. Dessa forma, o atendimento às pessoas com deficiência visava evitar o abandono por ideias relacionadas à fé e à moral cristã.

Um marco significativo na educação de pessoas com deficiência visual ocorreu em 1784 com a fundação da primeira instituição para cegos em Paris por Valentin Haüy (1745-1822), que ensinava usando um método de comunicação por meio de letras em relevo. No entanto, Louis Braille modificou essa comunicação em 1829 e mais tarde passou a ser conhecida como Braille, que ainda hoje é a forma de braille mais utilizada (MAZZOTTA, 2001). O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 por D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, o Hospital Psiquiátrico da Bahia e o Hospital Juliano Moreira, em Salvador, fundado em 1874, foram as primeiras instituições educacionais no Brasil. No entanto, ao longo do século XIX, inúmeras instituições ampliaram sua capacidade de atendimento às pessoas com deficiência.

Por volta da virada do século, era impossível quantificar qualidades de inteligência ; no entanto, isso se tornou possível quando o psicólogo francês Alfred Binet criou a primeira escala de desenvolvimento infantil. Muitas crianças foram sistematicamente observadas, permitindo identificar e descrever as tarefas que podem ser realizadas em cada fase do desenvolvimento do bebê.

O conceito de superdotação foi ampliado a partir do trabalho dos psicólogos para incluir a criatividade e seus diversos componentes, como, por exemplo, pensamento divergente, resolução de problemas e capacidade de tomar decisões.

O paradigma da integração pode ser caracterizado neste ambiente de mudança de perspectivas sobre as pessoas com deficiência. A partir desse conceito de Educação Especial, o ensino normal tornou-se menos restritivo para garantir a inclusão de pessoas com deficiência em cursos especiais nas escolas regulares, o que foi reconhecido como um direito universal.

Também, mais recentemente, a expressão "talento" foi acrescentada à ideia de superdotação para que "indivíduos que demonstrem habilidades diferenciadas nas artes cênicas, ou mesmo aqueles que se destacam em outras áreas de atuação, possam igualmente ser designados como superdotados" (HARDMAN et al., 1993).

A frase "habilidades acima da média" refere-se a habilidades gerais e especializadas. A capacidade de digerir informações, incorporar experiências que levam a respostas adaptativas apropriadas para novas situações e envolver -se em pensamentos abstratos são as três primeiras. Habilidades específicas incluem a capacidade de aprender conhecimento, destreza ou a capacidade de realizar uma ou mais tarefas em um campo especializado. Renzulli fornece exemplos de habilidades específicas em dança, escultura, fotografia e química matemática.

Com isso, o conceito de superdotado foi gradativamente alterado para ampliar seu significado. De acordo com Hardman e cols. (1993), os termos "superdotado" e "talentoso" designam crianças e jovens que são identificados na pré-escola, no ensino fundamental ou no ensino médio como detentores de habilidades que demonstram alta capacidade de realização.

Com uma teoria conhecida como "teoria das inteligências múltiplas", Ramos-Ford e Gardner propuseram uma nova forma de pensar a inteligência, ou dotação, em 1991.

O conceito de inteligência evoluiu para incluir várias dimensões, permitindo que certos sujeitos tenham componentes mais desenvolvidos enquanto outros sujeitos possam apresentar outras dimensões com mais intensidade. A noção de que existem vários tipos de inteligência cresceu em importância, juntamente com os perigos de descrevê-la com base apenas nos resultados de um teste de inteligência (ALENCAR, 2007)

Como se pode ver, o conceito de inteligência cresceu ao longo do tempo. Isso tem implicações importantes para a prática educacional e, mais especificamente, para a prática pedagógica do professor em sala de aula, principalmente quando se trata de identificar as necessidades educacionais únicas do aluno e sua educação.

Segundo Schmidt (2018), muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de fornecer respostas às questões relacionadas à definição de superdotado, apesar de não haver uma definição única e uniforme de altas habilidades ou superdotados. Às vezes nos perguntamos de onde vieram as altas habilidades/superdotação, como na grande maioria dos domínios da vida humana, mas o debate científico sobre o talento está sendo manchado

por argumentos contra a herança biológica e a estimulação ambiental. Semelhante a outros casos, é bastante difícil dizer com certeza quanta determinação cabe a uma pessoa e a outra. No entanto, pode-se argumentar que ambos os fatores auxiliam no desenvolvimento de uma pessoa com altas aptidões ou habilidades sobre-humanas, e que um ambiente encorajador encoraja a manifestação dessas características.

Os alunos que demonstram forte desempenho e alto potencial em algumas disciplinas de nicho ou mesmo em geral são reconhecidos como tendo altas habilidades ou superpoderes. Normalmente, esse aluno se destaca em algum tipo de atividade dentro e fora da sala de aula, o que pode ser reconhecido como um talento ou aptidão.

Pérez (2006) acredita que é difícil identificar crianças com altas habilidades ou superdotação porque frequentemente as confundem com dificuldades de aprendizagem como dislexia, transtorno de déficit de atenção e outras dificuldades de aprendizagem. É preciso observar o aprendizado do aluno para identificar um superdotado.

Esses assuntos frequentemente têm velocidades de processamento rápidas, são curiosos e têm a mentalidade de pesquisadores. Com isso, acabam perdendo o interesse pelas aulas de rotina, pois não há desafios para eles, o que torna a interação social mais difícil.

Segundo Guenther (2000), uma escola deve ser um ambiente de apoio que promova a aprendizagem, tendo sempre em mente os objetivos dos alunos e dando-lhes a oportunidade de reconhecer e avançar em vários domínios de aprendizagem, a fim de produzir alunos de alto calibre.

Assim, o melhor ambiente para um aluno com fortes aptidões é aquele em que ele se sente desafiado e inspirado a pensar novas ideias, tanto na prática como na teoria, permitindo-lhe crescer intelectualmente e desenvolver outras áreas que ainda não possui.

A integração de pessoas com deficiência na educação regular tem feito avanços significativos, ainda assim, nas palavras de Mantoan (2003, p. 18), “a escola não muda como um todo, mas os alunos devem mudar para atender às suas necessidades”. Em concordância com o autor, Pacheco e Alves (2007, p. 245) enfatizaram que a integração era um “esforço unilateral da pessoa com

deficiência, sem nenhuma modificação pela sociedade, não satisfazendo, assim, os direitos de cada pessoa com deficiência".

5. Bases legais da inclusão no Brasil

Delou (2007) aponta que as políticas públicas nacionais na área de altas habilidades / superdotação são fragmentadas em suas ações, por isso é importante reconhecer os esforços que foram feitos e ainda estão sendo feitos para garantir que todos esses alunos sejam atendidos nas escolas regulares de ensino fundamental e médio.

Ainda o mesmo autor comenta que: um professor trabalhando sozinho não produzirá o tipo de resultado que os alunos procuram. Por isso, políticas de inclusão devem existir.

É somente por meio de parcerias com partes internas e externas que um professor pode alcançar os resultados desejados para um determinado aluno. Mas além de tudo isso, devemos considerar como será feita essa designação para evitar rotular aqueles alunos que precisam de atenção especial como aqueles que não aprendem da mesma forma ou mesmo como aqueles que são problemáticos. Segundo a Secretaria de Educação Especial (Seesp), de acordo com a nova política, são considerados públicos-aliados da educação especial os alunos que apresentam deficiências, transições globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A partir disso, podemos ter uma ideia do que fazer quando entramos em uma sala de aula e vemos algo diferente em um ou mais alunos, sabendo que o aluno precisa de uma atenção especial porque seu desenvolvimento terá um caminho diferente, possivelmente mais devagar ou usando um método diferente.

Em termos de exceção, são incluídos aqueles que estão classificados acima ou abaixo do padrão de seu grupo devido ao fato de possuírem características mentais, físicas ou sociais que tornam sua educação um desafio único (ANTIPOFF, 1984 apud DELOU, 2007, p.28).

Dado que possuem características mentais, físicas ou sociais que tornam sua educação um desafio particular, aqueles que são classificados

acima ou abaixo do padrão de seu grupo são incluídos na categoria de exclusão (BRASIL, 1988), indicando o início de um período de transição entre a integração e a inclusão. Em sua terceira seção, inciso IV, enumera "promover o bem-estar de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, gênero, idade ou qualquer outra característica" como um de seus objetivos fundamentais (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição afirma que todos têm direito à educação e que o Estado e as famílias têm a responsabilidade primária de preparar os cidadãos para o desempenho de seus papéis na sociedade. Da mesma forma, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069/90, Artigo 55, estabelece que "os pais ou responsáveis terão a obrigação de matricular seus filhos ou alunos na rede regular de ensino"(BRASIL, 1990). Essas leis surgem em discussões globais que defendem a universalização da educação para incluir a escolarização como princípios educacionais fundamentais.

Em resposta aos desdobramentos da Declaração de Salamanca, que levaram a importantes reflexões sobre o tema, foi publicada, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial. Embora a inclusão escolar seja cada vez mais discutida como proposta educacional, a legislação e as práticas relacionadas à integração continuam existindo.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino normalmente só deve ocorrer quando eles tiverem "[...] condições de acompanhar e desenvolver as atividades comuns de sala de aula no mesmo ritmo dos alunos referidos como normais" (BRASIL, 1994b, p. 19).

Como resultado, é evidente que aqueles que precisam de educação especial estão incluídos no ambiente educacional, mas não estão realmente incluídos. O mesmo conceito exposto na política anteriormente mencionada está estabelecido no parágrafo seguinte do Artigo 58 da Declaração dos Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 Salientando ainda que "o atendimento pedagógico será prestado em turmas, escolas ou serviços especializados, sempre que, face às condições específicas dos alunos, não seja possível a sua integração em cursos comuns de ensino normal" (BRASIL, 1996)

A Convenção da Organização dos Estados Americanos, ocorrida na Guatemala em 1999, foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. A maior parte das contribuições ao evento diz respeito à defesa da igualdade de direitos fundamentais, principalmente no que se refere à proteção contra a discriminação por deficiências. Estes estão entre os princípios e estratégias definidas para os países americanos para a implementação do PCD (BRASIL, 2001a). A este respeito, ver artigo 2.º da Direção Nacional da Educação Especial no Ensino Básico, Resolução CNE /CEB n.º 2/2001.

Ao mesmo tempo em que as políticas enfatizam o valor do apoio educacional especializado como complemento à educação geral, elas preveem a possibilidade de a educação especial ser desenvolvida em outros contextos sociais quando necessário. Em decorrência dessa separação do PCD da escola, a escola deixa de ser vista como uma instituição capaz de garantir o acesso da sociedade a uma educação inclusiva.

Lei nº. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 10.172/2001 traçou metas e objetivos específicos para cada nível de ensino e modalidade de ensino. Entre as modalidades foram traçados rumos para a Educação Especial, assumindo como tendência na educação a "integração/inclusão do aluno com necessidades especializadas no sistema regular de ensino e, caso isso não seja possível diante das necessidades do educador, realizando o atendimento em classes e escolas especializadas "(BRASIL, 2001c).0

A partir de então, em 2003, o MEC implementou o Programa de Educação Inclusiva, reafirmando o direito à diversidade, à inclusão acadêmica de todos, à acessibilidade, ao atendimento educacional especializado e ao desenvolvimento profissional dos educadores sobre esse novo paradigma (BRASIL, 2005a). Um ano depois, o governo federal lança "O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular" para apresentar a proposta inclusiva e seus princípios norteadores, ações, objetivos e concepções (BRASIL, 2004a).

Na contramão da fragmentação do sistema educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implantado em 2007, apresenta uma visão simbiótica da educação, buscou articular as propostas governamentais, estaduais e municipais para a melhoria da qualidade da educação básica,

superior, profissional e tecnológica. Adote a ideia de que a educação requer respeito pelos "indivíduos e comunidades, incluindo e preservando as diferenças e alcançando a diversidade na igualdade como princípio básico dos empreendimentos educacionais" (BRASIL, 2007).

De acordo com a Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, que trata do AEE, o atendimento aos alunos com deficiência deve ocorrer no contraturno escolar, oferecidos "em salas de recursos multiuso, centros de ensino especializado da rede pública, ou instituições comunitárias, religiosas ou filantrópicas sem fins lucrativos"(BRASIL, 2009b). O público-alvo é o público mencionado anteriormente, buscando complementar o aprendizado e diminuir as barreiras pedagógicas que dificultam a inclusão social.

Vários programas e iniciativas foram estabelecidos nos anos seguintes a partir de uma perspectiva educacional inclusiva, mas somente em 2015 um marco legislativo crucial foi alcançado no Brasil. Um dos principais objetivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é " promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, com vistas ao seu desenvolvimento social e cívico".

Esse processo histórico dedicado aos direitos das PCD, principalmente no que diz respeito à educação, mostra o quanto o Brasil avançou no esforço jurídico para garantir de forma efetiva a inclusão plena de todas as pessoas na sociedade em que vivemos. A jornada legal do público no que se refere aos educadores com Altas Habilidades/Superdotação será discutida na próxima seção.

6. O papel da Escola na inclusão dos alunos com altas habilidades

O desenvolvimento de um novo modelo educacional democrático e a formulação de leis exigindo a implementação de todas essas ideias e conceitos constituem o Inclusivo Escolar, que surgiu no Brasil na década de 1990. Essas novas leis refletiam a necessidade de mudanças nos sistemas educacionais já existentes. Entre essas mudanças, um dos principais objetivos foi evitar o uso

de um modelo educacional que exclui os alunos, ignorando suas diferenças e deixando de desenvolver qualquer metodologia educacional pedagogicamente adequada para levar em conta essas diferenças.

As Direções Nacionais para a Educação Especial no Ensino Básico (Ministério da Educação, 2001) oferecem algumas vantagens para ajudar os sobre superdotadas e uma política que valoriza a sua competência única. De acordo com as Diretivas, altas aptidões e superdotação referem-se a alunos que têm "uma grande facilidade de aprendizado que os leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes e que, pela capacidade de elaboração e enriquecimento desses textos, eles devem enfrentar desafios complementares em cursos regulares, salas de recursos ou outras áreas designadas pelos sistemas de ensino, mesmo que isso implique a conclusão mais rápida de uma unidade ou fase acadêmica.

Segundo Schmidt (2018), muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de fornecer respostas às questões relacionadas à definição de superdotados, apesar de não haver uma definição única e uniforme de altas habilidades ou superdotados.

Às vezes, nos perguntamos de onde vieram as altas habilidades ou a superdotação, mas as discussões científicas sobre habilidades são muitas vezes prejudicadas por argumentos contra a herança biológica e a estimulação ambiental. Semelhante a outros casos, é bastante difícil dizer com certeza quanta determinação cabe a uma pessoa e a outra.

No entanto, pode-se argumentar que ambos os fatores auxiliam no desenvolvimento de uma pessoa com altas aptidões ou habilidades sobre-humanas, e que um ambiente encorajador encoraja a manifestação dessas características.

O tema das Altas Habilidades/Superdotação é aquele que apela a esclarecimentos e divulgação de conhecimento. Muitas pessoas não entendem esse conceito e até mesmo na educação surgem questões como: É realmente possível que as pessoas aprendam sem fazer nenhum esforço ou isso é apenas um mito? Ele é inteligente acima da média; é possível?

O tema "Altas Habilidades/Superdotado" desperta muitas ideias na cabeça das pessoas, pois elas imaginam que se trata de um ser sobrenatural

que atua excepcionalmente bem em uma área de conhecimento que a sociedade valoriza, um inventor, o melhor aluno da turma, ou uma jovem criança que aprendeu a ler sem ajuda e surpreende a todos com insights que normalmente seriam reservados para crianças mais velhas. Se você imaginar alguém com talento, seja no âmbito da música ou de outra manifestação artística, o que vem à mente são suas notáveis habilidades, aptidões e habilidades (PÉREZ, 2018).

Essas noções errôneas sobre o público-alvo da educação especial levam a dificuldades significativas para educadores e outros profissionais na identificação de casos potenciais de alunos com HA/SD. A falta de formação especializada nessa área dificulta a realização do processo de diagnóstico e acompanhamento pedagógico no AEE, pois, além de se apegarem a mitos e crenças sociais que os transformam em párias, não usufruem dos benefícios que os incentivam a inclusão de pessoas com deficiência, seus pares na Educação Especial (PÉREZ, 2018, p. 12).

Ainda assim, reconhece-se que o estabelecimento de ensino tem um papel importante nesta proposta de educação inclusiva, proporcionando aos alunos com necessidades especiais um acesso igualitário à rede educativa habitual.

No entanto, podem existir algumas lacunas, uma vez que a sociedade educativa ainda não está totalmente preparada para a inclusão plena nas instituições educativas comuns.

Como resultado, conclui-se que o papel da escola deve priorizar as políticas educacionais, reconhecendo e levando em consideração seu corpo discente diversificado. O papel da escola é apoiar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas, principalmente por meio de programas de formação continuada do corpo docente. Dessa forma, o aprendizado será aprimorado ao atender e priorizar individualmente as necessidades e interesses de cada aluno.

Como resultado, entendemos que uma escola deve adequar seu currículo para atender às necessidades de seus alunos, priorizando a preparação de seus profissionais da educação para garantir uma abordagem inclusiva adequada. Deixando claro que nenhum aluno com necessidades

educacionais peculiares, principalmente os superdotados, pode sofrer exclusão por estarem protegidos por lei há muitos anos, inclusive o artigo 9º da LDB de 1971 e a Lei 5691/71, (Brasil, 1995, p.09).

É reiterado na LDBEN de 1996 e afirma que “os superdotados devem receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação competentes” (Pérez, 2004).

Com isso, para garantir seu desenvolvimento acadêmico, os alunos com alto nível de aptidão e superdotados, também protegidos pela legislação brasileira, precisam tomar atitudes diferenciadas. Já a Lei de Direções e Fundamentos da Educação Nacional, Lei 9394/96 (Brasil, 1996) sugere que esses alunos sejam atendidos em cursos comuns da rede pública de ensino.

Portanto, as mudanças são essenciais para que a inclusão ocorra, mas também exigem esforço de todos. Ao fazê-lo, é possível que a escola emergja como um ambiente que acolhe todos os alunos e promove um clima social de apoio que conduz ao desenvolvimento, conhecimento e o reconhecimento de habilidades e potencialidades, eliminando a discriminação por idade e capacidade.

No entanto, a educação deve ter um caráter amplo e complexo para apoiar o desenvolvimento do conhecimento ao longo da vida, e todo aluno pode se beneficiar de programas educacionais independentemente de suas dificuldades ou necessidades específicas, assim que forem disponibilizadas as devidas oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do docente uma postura diferenciada, além de redefinir os papéis, o que pode auxiliar no processo de inclusão.

Nesse sentido, o professor é comparado a uma pessoa dinâmica, capaz de estimular o crescimento e a interação dos alunos nos contextos acadêmico e social. Isso porque um professor dedicado e preocupado se preocupa com o aprendizado dos alunos, busca conhecimento e capacitação para que seu trabalho se desenvolva de forma a atender de forma efetiva e direta às necessidades de cada pessoa, promovendo melhor participação e socialização entre os envolvidos.

Alencar (2007) recomenda que cada professor reflita sobre o que poderia fazer para operacionalizar seus objetivos em sua prática instrucional, tais como: ajudar o aluno a desenvolver plenamente seus talentos e habilidades; fomentando um autoconceito positivo, desejando sucesso a todos os alunos e ajudando cada aluno a ver seus "pontos fortes; ajudar o aluno a desenvolver hábitos de estudo positivos, aumentar a motivação do aluno, expandir os interesses do aluno enquanto usa uma variedade de estratégias para despertar e manter seu interesse; Observar o ritmo de aprendizagem do aluno; aumentar o ambiente de aprendizagem para que o aluno se sinta valorizado, respeitado e incentivado a dar o seu melhor.

Priorizando a dimensão afluyente (emoções e valores), além de promover o desenvolvimento social e de caráter do aluno; Criar ambientes mais propícios ao desenvolvimento do potencial criador de cada aluno, fomentando traços de caráter associados à criatividade, como autoconfiança, iniciativa, flexibilidade e perseverança, bem como estimulando e tornando o exercício da pensamento criativo possível; criar estratégias de ensino que encorajem o estudo independente dos alunos e a pesquisa no contexto do material curricular específico que está sendo abordado; possibilitando um aprendizado mais aprofundado sobre temas escolhidos pelo aluno em determinadas áreas de estudo.

No entanto, alguns professores sucumbem ao conformismo ou ao medo de trabalhar com o diferente, fazendo com que o aluno superado seja uma ameaça à sua prática pedagógica. No entanto, alguns professores sucumbem ao conformismo ou ao medo de trabalhar com o diferente, fazendo com que o aluno superado seja uma ameaça à sua prática pedagógica.

Por mais que um governo esteja comprometido com a inclusão ou que projetos tenha criado, para uma criança com necessidades educacionais especiais, o que importa são as experiências cotidianas que ela tem em sala de aula. No entanto, os meios pelos quais as escolas incentivam a inclusão e proíbem a exclusão formam o cerne da qualidade de vida e aprendizagem que todas as crianças experimentam.

Quem defende a abordagem inclusiva também acredita que todos, independentemente das suas necessidades especiais, têm potencial para crescer, integrar e cumprir o seu papel de cidadão na sociedade. Além de aceitar esses indivíduos e oferecer oportunidades para que eles tenham uma educação de alta qualidade, as escolas inclusivas também devem integrar seus alunos à sociedade.

6.CONCLUSÃO

A lei é justificada na prática. Os alunos de alta capacidade/superdotação são referidos ao longo do tempo nas leis brasileiras, e se isso não for feito, eles só têm um papel a desempenhar. É importante compreender todo o processo pelo qual passam esses sujeitos, e é importante investir na criação de práticas educativas para esses alunos.

É sabido que os órgãos responsáveis pelo ingresso desses alunos não conseguem apoiar integralmente o desenvolvimento potencial de cada aluno. O professor frequentemente tenta fazer com que os incentivos ali propostos auxiliem na formação da identidade de cada aluno, mas, em muitos casos, ele também carece de recursos. É fundamental que a educação seja valorizada como um todo para que a lei possa de fato cumprir seu papel de promoção da igualdade para todos.

A quantidade de pesquisas sobre habilidades de alto nível e superdotação está crescendo, mas ainda há um longo caminho a percorrer. É preciso dialogar sobre a dificuldade de identificar o assunto, a formação dos professores nessa área e os cuidados necessários. Assim, a busca e o encantamento são maiores quanto mais conhecimento baseado na inércia se possui.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Superdotados: Determinantes, Educação e Ajustamento. São Paulo: EPU, 2001.

ANTIPOFF, Helena. A educação do bem-dotado. Rio de Janeiro. SENAI. Volume V. 1992

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Habilidades/Superdotação - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 13-28.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

CORRÊA, M. A. M. Evolução histórica da Educação Especial: dos primórdios até a Idade Média. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: . Acesso em: 02 dez. 2019. Aula 1. 9-20 p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 05 abr. 2023.

DELOU, C. M. C. O Papel da Família no Desenvolvimento de Altas Habilidades/ Superdotação. In: FLEITH, D. S. (Org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p.49-59.

DELOU, C. M. C. Sucesso e fracasso escolar de alunos considerados superdotados: Um estudo sobre a trajetória escolar de alunos que receberam atendimento em salas de recursos de escolas da rede pública de ensino. 2001.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. Métodos de e técnicas de pesquisa social. São Paulo- SP Ed. Atlas S.A 2008.

GIL, A. C. Métodos de e técnicas de pesquisa social. São Paulo- SP Ed. Atlas S.A 1989.

GUENTHER, Zenita C. Desenvolver capacidade e talentos: Um conceito de inclusão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

LEMOS, D. Deficiência e exclusão social: uma contribuição à sociojurídica dos portadores de necessidades especiais. Monografia (Bacharelado em direito). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC: 2009. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Douglas%20Lemos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PÉREZ, S. G. P. B Encaminhamentos Pedagógicos com Alunos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p.109-124, jul/set.2011. Editora UFPR.

Capítulo 3

ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica buscou identificar o comportamento social e interativo de alunos com altas habilidades e superdotação, que o exibem em sala de aula e em suas relações com outros alunos, familiares e público em geral. Como resultado, os resultados obtidos permitiram levantar os reflexos destacados ao colocar questões gerais de inclusão, com foco nos alunos que têm altos níveis de aptidão ou superdotação. Isso possibilitou aprender a trabalhar com materiais e tecnologias, facilitou a identificação desses alunos, destacou seus pontos fortes e melhorou os pontos fracos. Ressalta-se que o ambiente não é adequado para a aplicação de suas habilidades e carece de profissionais e métodos adequados especificamente para esse público, prejudicando o aprendizado dos alunos nesse processo. Como resultado, foram obtidos permitiram levantar os reflexos destacados ao colocar questões gerais de inclusão, com foco nos alunos que têm altos níveis de aptidão ou superdotação. Isso possibilitou aprender a trabalhar com materiais e tecnologias, facilitou a identificação desses alunos, destacou seus pontos fortes e melhorou os pontos fracos.

INTRODUÇÃO

A vida de uma criança roliça e com overdose pode oscilar entre dois extremos: o centro das atenções e a reclusão. Por isso, as pesquisas sugerem que é, de fato, possível estabelecer um equilíbrio saudável que, em certo sentido, aproveite as altas habilidades sem sacrificar as atividades comuns à infância.

Além disso, novas técnicas pedagógicas podem favorecer o desenvolvimento intelectual, artístico e psicomotor dessas crianças, pois, na maioria das vezes, elas tendem a ser mais alertas e perspicazes do que outras crianças na resolução de atividades específicas para seu nível de escolaridade. No entanto, essas qualidades também suscitam questões comportamentais e

afetivas que, em conjunto, fazem com que essas crianças se sintam desvalorizadas e vivenciem um ambiente escolar desfavorável às suas necessidades.

A inclusão de alunos com deficiência sempre foi um processo com pressupostos e riscos variados. Diante dessa realidade, os procedimentos escolares relacionados a esses educandos atualmente precisam mais do que antes do professor e da escola atuarem de forma diferenciada.

O ambiente em que vivemos atualmente nos leva a buscar métodos de ensino adequados para esses alunos, para que o isolamento social causado pela pandemia não prejudique o desenvolvimento dos alunos com deficiência, principalmente aqueles com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) é o foco de nossa pesquisa.

Como resultado, o objetivo deste estudo é identificar o comportamento social e interativo das crianças com overdose, destacando as relações sociais que os alunos de sua idade têm com os outros e na sala de aula. Além disso, é fundamental entender as características compartilhadas pelos superdotados, bem como suas causas e efeitos, a fim de identificar os agentes que podem auxiliar no desenvolvimento efetivo desses indivíduos, tanto no nível social quanto intelectual.

Nesse sentido, o objetivo do estudo foi descrever as relações que se estabeleceram entre os superdotados e a escola, demonstrando assim a importância desta última na formação, organização e desenvolvimento da primeira, dadas as dificuldades que o anterior havia demonstrado anteriormente.

Junto a isso, é importante levar em conta a atuação de pais e professores, bem como a integração desses agentes em torno do objetivo maior de conduzir os superdotados para uma vida saudável tanto social quanto intelectualmente. Além disso, muitos autores destacam a importância de se criar um ambiente rico em estímulos e, principalmente, com a presença da afetividade, fazendo com que tenham relações sociais e comportamentais dinâmicas, fortalecendo assim suas habilidades.

2 Procedimentos metodológicos

Este estudo identifica os comportamentos de alunos que apresentam altos níveis de aptidão e superdotação e destaca os desafios de comunicação que esse aluno apresenta.

Segundo Cervo e Bervian (1976), qualquer tipo de pesquisa, em qualquer campo do conhecimento, pressupõe e requer pesquisa bibliográfica prévia, seja para avaliação da situação em questão, para elaboração teórica, ou mesmo para defender a limites e contribuições do estudo individual.

Como resultado, a pesquisa bibliográfica é um excelente método para buscar conhecimento e aprimorar o conhecimento existente, e forma a base de toda pesquisa científica. Um "conjunto de conhecimentos colhidos em obras que têm como preceito central direcionar o leitor para um determinado assunto e para produzir, coletar, armazenar, produzir, usar e comunicar as informações coletadas para o propósito da pesquisa" é o que é a pesquisa bibliográfica (FACHIN, 2003, p. 125).

A abordagem qualitativa do estudo teve como objetivo proporcionar uma compreensão mais aprofundada dos antecedentes de uma determinada questão. Segundo Minayo (2001, p. 21), "a pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas. Nas ciências sociais, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Segundo Gil (2008, p. 27), essa metodologia visa "desenvolver, elucidar e modificar conceitos e ideias com vistas à formulação de problemas mais precisos". A informação recolhida tem um carácter exploratório sem tirar conclusões estatísticas [...]. Esses métodos de pesquisa têm o planejamento menos rigoroso de todos os tipos. Segundo o autor, em comparação com a pesquisa descritiva ou explicativa, a pesquisa exploratória apresenta maior flexibilidade para sua execução (GIL, 2008).

Segundo Minayo (2001, p. 32), a metodologia bibliográfica, que ele define como "uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. "Desenvolvemos um estudo de caso específico utilizando esta metodologia

3. ALTAS HABILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

3.1 Conceito e Evolução histórica

Para compreender a educação especial numa perspectiva inclusiva, devemos olhar para a história da integração das pessoas com deficiência (PCD) na sociedade. Essa progressão de ideias e perspectivas de deficiência mudou ao longo do tempo durante os períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão. Dentre eles, focaremos primeiramente no estudo do período inicial, que vai da Antiguidade à Idade Média. Nesse sentido, “compreender as diversas formas como as pessoas interagem umas com as outras em cada época é entender que a visão da deficiência é social e historicamente construída” (CORRÊA, 2010, p. 10).

Os deficientes pareciam como necessitados de caridade, a própria religião carregada de cultura, que trazia o homem como semelhança de Deus na Idade Média, mesmo assumindo a condição de pessoas pela sociedade cristã, acreditava que a condição humana era perfeita tanto no aspecto físico quanto no mental, e que aqueles que não a possuíam não eram "parecidos com Deus", portanto não mereciam as mesmas condições. Eles foram expulsos da sociedade e exigiam compaixão, mas não vivem como iguais (MAZZOTA, 2005).

Atualmente, o papel do prestador de assistência em relação ao PCD ganha força e se desloca para garantir as condições necessárias à sobrevivência dos deficientes em instituições afastadas da ordem social. Os médicos Paracelsos e Cardano começaram a ver a insuficiência como uma questão médica, rejeitando a noção moral e religiosa predominante de que tais indivíduos deveriam ser punidos ou possuídos por demônios, e apontavam para o papel da medicina como investigadora e juíza da vida desses indivíduos (CORRÊA, 2010).

A educação era dedicada a "curar" as pessoas com deficiência usando técnicas desenvolvidas por médicos e educadores como Jean Itard, que pesquisou como as pessoas com deficiência se desenvolvem e aprendem, como

no caso do menino Aveyron com lobotomia. Como a fé e a moral proibiam a execução de pessoas com deficiência, essas pessoas representavam um fardo pesado para o governo e as famílias carregarem.

Pessotti (1984, p. 31) sustenta essa afirmação afirmando que a segregação é a melhor solução para essa questão, pois "não pune nem abandona o deficiente, mas também não sobrecarrega o Estado ou a família com sua presença inconveniente". Os portadores de deficiência nessa situação eram confinados a hospitais psiquiátricos, asilos ou igrejas, tendo direito a abrigo, alimentação e vestuário, mas sendo afastados da interação social e da vida cotidiana (LEMOS, 2009).

As pessoas com deficiência eram, portanto, vistas pela sociedade como ineleáveis porque não tinham oportunidades de se envolver ativamente em contextos sociais e profissionais. A finalidade dos hospitais, hospitais e demais instituições da época limitava-se ao atendimento médico, com tratamentos realizados com medicamentos. Dessa forma, o atendimento às pessoas com deficiência visava evitar o abandono por ideias relacionadas à fé e à moral cristã.

Um marco significativo na educação de pessoas com deficiência visual ocorreu em 1784 com a fundação da primeira instituição para cegos em Paris por Valentin Haüy (1745-1822), que ensinava usando um método de comunicação por meio de letras em relevo. No entanto, Louis Braille modificou essa comunicação em 1829 e mais tarde passou a ser conhecida como Braille, que ainda hoje é a forma de braile mais utilizada (MAZZOTTA, 2001). O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 por D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, o Hospital Psiquiátrico da Bahia e o Hospital Juliano Moreira, em Salvador, fundado em 1874, foram as primeiras e instituições educacionais no Brasil. No entanto, ao longo do século XIX, inúmeras instituições ampliaram sua capacidade de atendimento às pessoas com deficiência.

Por volta da virada do século, era impossível quantificar qualidades de inteligência; no entanto, isso se tornou possível quando o psicólogo francês Alfred Binet criou a primeira escala de desenvolvimento infantil. Muitas crianças foram sistematicamente observadas, permitindo identificar e

descrever as tarefas que podem ser realizadas em cada fase do desenvolvimento do bebê.

O conceito de superdotação foi ampliado a partir do trabalho dos psicólogos para incluir a criatividade e seus diversos componentes, como, por exemplo, pensamento divergente, resolução de problemas e capacidade de tomar decisões.

O paradigma da integração pode ser caracterizado neste ambiente de mudança de perspectivas sobre as pessoas com deficiência. A partir desse conceito de Educação Especial, o ensino normal tornou-se menos restritivo para garantir a inclusão de pessoas com deficiência em cursos especiais nas escolas regulares, o que foi reconhecido como um direito universal.

Também, mais recentemente, a expressão "talento" foi acrescentada à ideia de superdotação para que "indivíduos que demonstrem habilidades diferenciadas nas artes cênicas, ou mesmo aqueles que se destacam em outras áreas de atuação, possam igualmente ser designados como superdotados" (HARDMAN et al., 1993).

A frase "habilidades acima da média" refere-se a habilidades gerais e especializadas. A capacidade de digerir informações, incorporar experiências que levam a respostas adaptativas apropriadas para novas situações e envolver -se em pensamentos abstratos são as três primeiras. Habilidades específicas incluem a capacidade de aprender conhecimento, destreza ou a capacidade de realizar uma ou mais tarefas em um campo especializado. Renzulli fornece exemplos de habilidades específicas em dança, escultura, fotografia e química matemática.

Com isso, o conceito de superdotado foi gradativamente alterado para ampliar seu significado. De acordo com Hardman e cols. (1993), os termos "superdotado" e "talentoso" designam crianças e jovens que são identificados na pré-escola, no ensino fundamental ou no ensino médio como detentores de habilidades que demonstram alta capacidade de realização.

Com uma teoria conhecida como "teoria das inteligências múltiplas", Ramos-Ford e Gardner propuseram uma nova forma de pensar a inteligência, ou dotação, em 1991.

O conceito de inteligência evoluiu para incluir várias dimensões, permitindo que certos sujeitos tenham componentes mais desenvolvidos enquanto outros sujeitos possam apresentar outras dimensões com mais intensidade. A noção de que existem vários tipos de inteligência cresceu em importância, juntamente com os perigos de descrevê-la com base apenas nos resultados de um teste de inteligência (ALENCAR, 2007)

Como se pode ver, o conceito de inteligência cresceu ao longo do tempo. Isso tem implicações importantes para a prática educacional e, mais especificamente, para a prática pedagógica do professor em sala de aula, principalmente quando se trata de identificar as necessidades educacionais únicas do aluno e sua educação.

Segundo Schmidt (2018), muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de fornecer respostas às questões relacionadas à definição de superdotado, apesar de não haver uma definição única e uniforme de altas habilidades ou superdotados. Às vezes nos perguntamos de onde vieram as altas habilidades/superdotação, como na grande maioria dos domínios da vida humana, mas o debate científico sobre o talento está sendo manchado por argumentos contra a herança biológica e a estimulação ambiental. Semelhante a outros casos, é bastante difícil dizer com certeza quanta determinação cabe a uma pessoa e a outra.

No entanto, pode-se argumentar que ambos os fatores auxiliam no desenvolvimento de uma pessoa com altas aptidões ou habilidades sobre-humanas, e que um ambiente encorajador encoraja a manifestação dessas características.

Os alunos que demonstram forte desempenho e alto potencial em algumas disciplinas de nicho ou mesmo em geral são reconhecidos como tendo altas habilidades ou superpoderes. Normalmente, esse aluno se destaca em algum tipo de atividade dentro e fora da sala de aula, o que pode ser reconhecido como um talento ou aptidão.

Pérez (2006) acredita que é difícil identificar crianças com altas habilidades ou superdotação porque frequentemente as confundem com dificuldades de aprendizagem como dislexia, transtorno de déficit de atenção e outras dificuldades de aprendizagem. É preciso observar o aprendizado do aluno para identificar um superdotado. Esses assuntos frequentemente têm velocidades de processamento rápidas, são curiosos e têm a mentalidade de pesquisadores. Com isso, acabam perdendo o interesse pelas aulas de rotina, pois não há desafios para eles, o que torna a interação social mais difícil.

Segundo Guenther (2000), uma escola deve ser um ambiente de apoio que promova a aprendizagem, tendo sempre em mente os objetivos dos alunos e dando-lhes a oportunidade de reconhecer e avançar em vários domínios de aprendizagem, a fim de produzir alunos de alto calibre.

Assim, o melhor ambiente para um aluno com fortes aptidões é aquele em que ele se sente desafiado e inspirado a pensar novas ideias, tanto na prática como na teoria, permitindo-lhe crescer intelectualmente e desenvolver outras áreas que ainda não possui.

A integração de pessoas com deficiência na educação regular tem feito avanços significativos, ainda assim, nas palavras de Mantoan (2003, p. 18), “a escola não muda como um todo, mas os alunos devem mudar para atender às suas necessidades”. Em concordância com o autor, Pacheco e Alves (2007, p. 245) enfatizaram que a integração era um "esforço unilateral da pessoa com deficiência, sem nenhuma modificação pela sociedade, não satisfazendo, assim, os direitos de cada pessoa com deficiência".

3.2 Bases legais da inclusão no Brasil

Delou (2007) aponta que as políticas públicas nacionais na área de altas habilidades / superdotação são fragmentadas em suas ações, por isso é importante reconhecer os esforços que foram feitos e ainda estão sendo feitos para garantir que todos esses alunos sejam atendidos nas escolas regulares de ensino fundamental e médio.

Delou (2007) afirma que um professor trabalhando sozinho não produzirá o tipo de resultado que os alunos procuram. Por isso, políticas de

inclusão devem existir. É somente por meio de parcerias com partes internas e externas que um professor pode alcançar os resultados desejados para um determinado aluno. Mas além de tudo isso, devemos considerar como será feita essa designação para evitar rotular aqueles alunos que precisam de atenção especial como aqueles que não aprendem da mesma forma ou mesmo como aqueles que são problemáticos. Segundo a Secretaria de Educação Especial (Seesp), de acordo com a nova política, são considerados públicos-aliados da educação especial os alunos que apresentam deficiências, transições globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A partir disso, podemos ter uma ideia do que fazer quando entramos em uma sala de aula e vemos algo diferente em um ou mais alunos, sabendo que o aluno precisa de uma atenção especial porque seu desenvolvimento terá um caminho diferente, possivelmente mais devagar ou usando um método diferente. Em termos de exceção, são incluídos aqueles que estão classificados acima ou abaixo do padrão de seu grupo devido ao fato de possuírem características mentais, físicas ou sociais que tornam sua educação um desafio único (ANTIPOFF, 1984 apud DELOU, 2007, p.28).

Dado que possuem características mentais, físicas ou sociais que tornam sua educação um desafio particular, aqueles que são classificados acima ou abaixo do padrão de seu grupo são incluídos na categoria de exclusão (BRASIL, 1988), indicando o início de um período de transição entre a integração e a inclusão. Em sua terceira seção, inciso IV, enumera "promover o bem-estar de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, gênero, idade ou qualquer outra característica" como um de seus objetivos fundamentais (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição afirma que todos têm direito à educação e que o Estado e as famílias têm a responsabilidade primária de preparar os cidadãos para o desempenho de seus papéis na sociedade.

Da mesma forma, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069/90, Artigo 55, estabelece que "os pais ou responsáveis terão a obrigação de matricular seus filhos ou alunos na rede regular de ensino"(BRASIL, 1990). Essas leis surgem em discussões globais que defendem a universalização da

educação para incluir a escolarização como princípios educacionais fundamentais.

Em resposta aos desdobramentos da Declaração de Salamanca, que levaram a importantes reflexões sobre o tema, foi publicada, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial. Embora a inclusão escolar seja cada vez mais discutida como proposta educacional, a legislação e as práticas relacionadas à integração continuam existindo.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino normalmente só deve ocorrer quando eles tiverem "[...] condições de acompanhar e desenvolver as atividades comuns de sala de aula no mesmo ritmo dos alunos referidos como normais" (BRASIL, 1994b, p. 19).

Como resultado, é evidente que aqueles que precisam de educação especial estão incluídos no ambiente educacional, mas não estão realmente incluídos. O mesmo conceito exposto na política anteriormente mencionada está estabelecido no parágrafo seguinte do Artigo 58 da Declaração dos Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 Salientando ainda que “o atendimento pedagógico será prestado em turmas, escolas ou serviços especializados, sempre que, face às condições específicas dos alunos, não seja possível a sua integração em cursos comuns de ensino normal” (BRASIL, 1996)

A Convenção da Organização dos Estados Americanos, ocorrida na Guatemala em 1999, foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. A maior parte das contribuições ao evento diz respeito à defesa da igualdade de direitos fundamentais, principalmente no que se refere à proteção contra a discriminação por deficiências. Estes estão entre os princípios e estratégias definidas para os países americanos para a implementação do PCD (BRASIL, 2001a). A este respeito, ver artigo 2.º da Direção Nacional da Educação Especial no Ensino Básico, Resolução CNE /CEB n.º 2/2001.

Ao mesmo tempo em que as políticas enfatizam o valor do apoio educacional especializado como complemento à educação geral, elas preveem a possibilidade de a educação especial ser desenvolvida em outros contextos sociais quando necessário. Em decorrência dessa separação do PCD da escola,

a escola deixa de ser vista como uma instituição capaz de garantir o acesso da sociedade a uma educação inclusiva.

Lei nº. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 10.172/2001 traçou metas e objetivos específicos para cada nível de ensino e modalidade de ensino. Entre as modalidades foram traçados rumos para a Educação Especial, assumindo como tendência na educação a "integração/inclusão do aluno com necessidades especializadas no sistema regular de ensino e, caso isso não seja possível diante das necessidades do educador, realizando o atendimento em classes e escolas especializadas "(BRASIL, 2001c).0

A partir de então, em 2003, o MEC implementou o Programa de Educação Inclusiva, reafirmando o direito à diversidade, à inclusão acadêmica de todos, à acessibilidade, ao atendimento educacional especializado e ao desenvolvimento profissional dos educadores sobre esse novo paradigma (BRASIL, 2005a). Um ano depois, o governo federal lança “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” para apresentar a proposta inclusiva e seus princípios norteadores, ações, objetivos e concepções (BRASIL, 2004a).

Na contramão da fragmentação do sistema educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implantado em 2007, apresenta uma visão simbiótica da educação, buscou articular as propostas governamentais, estaduais e municipais para a melhoria da qualidade da educação básica, superior, profissional e tecnológica.

Adote a ideia de que a educação requer respeito pelos "indivíduos e comunidades, incluindo e preservando as diferenças e alcançando a diversidade na igualdade como princípio básico dos empreendimentos educacionais" (BRASIL, 2007).

De acordo com a Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, que trata do AEE, o atendimento aos alunos com deficiência deve ocorrer no contraturno escolar, oferecidos "em salas de recursos multiuso, centros de ensino especializado da rede pública, ou instituições comunitárias, religiosas ou filantrópicas sem fins lucrativos"(BRASIL, 2009b). O público-alvo é o público mencionado anteriormente, buscando complementar o aprendizado e diminuir as barreiras pedagógicas que dificultam a inclusão social.

Vários programas e iniciativas foram estabelecidos nos anos seguintes a partir de uma perspectiva educacional inclusiva, mas somente em 2015 um marco legislativo crucial foi alcançado no Brasil. Um dos principais objetivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é "promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, com vistas ao seu desenvolvimento social e cívico".

Esse processo histórico dedicado aos direitos das PCD, principalmente no que diz respeito à educação, mostra o quanto o Brasil avançou no esforço jurídico para garantir de forma efetiva a inclusão plena de todas as pessoas na sociedade em que vivemos. A jornada legal do público no que se refere aos educadores com Altas Habilidades/Superdotação será discutida na próxima seção.

3.3 O papel da Escola na inclusão dos alunos com altas habilidades

O desenvolvimento de um novo modelo educacional democrático e a formulação de leis exigindo a implementação de todas essas ideias e conceitos constituem o Inclusão Escolar, que surgiu no Brasil na década de 1990. Essas novas leis refletiam a necessidade de mudanças nos sistemas educacionais já existentes. Entre essas mudanças, um dos principais objetivos foi evitar o uso de um modelo educacional que exclui os alunos, ignorando suas diferenças e deixando de desenvolver qualquer metodologia educacional pedagogicamente adequada para levar em conta essas diferenças.

As Direções Nacionais para a Educação Especial no Ensino Básico (Ministério da Educação, 2001) oferecem algumas vantagens para ajudar os sobre superdotadas e uma política que valoriza a sua competência única. De acordo com as Diretivas, altas aptidões e superdotação referem-se a alunos que têm "uma grande facilidade de aprendizado que os leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes e que, pela capacidade de elaboração e enriquecimento desses textos, eles devem enfrentar desafios

complementares em cursos regulares, salas de recursos ou outras áreas designadas pelos sistemas de ensino, mesmo que isso implique a conclusão mais rápida de uma unidade ou fase acadêmica.

Segundo Schmidt (2018), muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de fornecer respostas às questões relacionadas à definição de superdotados, apesar de não haver uma definição única e uniforme de altas habilidades ou superdotados. Às vezes, nos perguntamos de onde vieram as altas habilidades ou a superdotação, mas as discussões científicas sobre habilidades são muitas vezes prejudicadas por argumentos contra a herança biológica e a estimulação ambiental. Semelhante a outros casos, é bastante difícil dizer com certeza quanta determinação cabe a uma pessoa e a outra. No entanto, pode-se argumentar que ambos os fatores auxiliam no desenvolvimento de uma pessoa com altas aptidões ou habilidades sobre-humanas, e que um ambiente encorajador encoraja a manifestação dessas características.

O tema das Altas Habilidades/Superdotação é aquele que apela a esclarecimentos e divulgação de conhecimento. Muitas pessoas não entendem esse conceito e até mesmo na educação surgem questões como: É realmente possível que as pessoas aprendam sem fazer nenhum esforço ou isso é apenas um mito? Ele é inteligente acima da média; é possível?

O tema "Altas Habilidades/Superdotado" desperta muitas ideias na cabeça das pessoas, pois elas imaginam que se trata de um ser sobrenatural que atua excepcionalmente bem em uma área de conhecimento que a sociedade valoriza, um inventor, o melhor aluno da turma, ou uma jovem criança que aprendeu a ler sem ajuda e surpreende a todos com insights que normalmente seriam reservados para crianças mais velhas. Se você imaginar alguém com talento, seja no âmbito da música ou de outra manifestação artística, o que vem à mente são suas notáveis habilidades, aptidões e habilidades (PÉREZ, 2018).

Essas noções errôneas sobre o público-alvo da educação especial levam a dificuldades significativas para educadores e outros profissionais na identificação de casos potenciais de alunos com HA/SD.

A falta de formação especializada nessa área dificulta a realização do processo de diagnóstico e acompanhamento pedagógico no AEE, pois, além de se apegarem a mitos e crenças sociais que os transformam em párias, não usufruem dos benefícios que os incentivam a inclusão de pessoas com deficiência, seus pares na Educação Especial (PÉREZ, 2018, p. 12).

Ainda assim, reconhece-se que o estabelecimento de ensino tem um papel importante nesta proposta de educação inclusiva, proporcionando aos alunos com necessidades especiais um acesso igualitário à rede educativa habitual. No entanto, podem existir algumas lacunas, uma vez que a sociedade educativa ainda não está totalmente preparada para a inclusão plena nas instituições educativas comuns. Como resultado, conclui-se que o papel da escola deve priorizar as políticas educacionais, reconhecendo e levando em consideração seu corpo discente diversificado. O papel da escola é apoiar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas, principalmente por meio de programas de formação continuada do corpo docente. Dessa forma, o aprendizado será aprimorado ao atender e priorizar individualmente as necessidades e interesses de cada aluno.

Como resultado, entendemos que uma escola deve adequar seu currículo para atender às necessidades de seus alunos, priorizando a preparação de seus profissionais da educação para garantir uma abordagem inclusiva adequada. Deixando claro que nenhum aluno com necessidades educacionais peculiares, principalmente os superdotados, pode sofrer exclusão por estarem protegidos por lei há muitos anos, inclusive o artigo 9º da LDB de 1971 e a Lei 5691/71, (Brasil, 1995, p.09).

É reiterado na LDBEN de 1996 e afirma que “os superdotados devem receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação competentes” (Pérez, 2004).

Com isso, para garantir seu desenvolvimento acadêmico, os alunos com alto nível de aptidão e superdotados, também protegidos pela legislação brasileira, precisam tomar atitudes diferenciadas. Já a Lei de Direções e Fundamentos da Educação Nacional, Lei 9394/96 (Brasil, 1996) sugere que esses alunos sejam atendidos em cursos comuns da rede pública de ensino.

Portanto, as mudanças são essenciais para que a inclusão ocorra, mas também exigem esforço de todos. Ao fazê-lo, é possível que a escola emergja como um ambiente que acolhe todos os alunos e promove um clima social de apoio que conduz ao desenvolvimento, conhecimento e o reconhecimento de habilidades e potencialidades, eliminando a discriminação por idade e capacidade.

No entanto, a educação deve ter um caráter amplo e complexo para apoiar o desenvolvimento do conhecimento ao longo da vida, e todo aluno pode se beneficiar de programas educacionais independentemente de suas dificuldades ou necessidades específicas, assim que forem disponibilizadas as devidas oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do docente uma postura diferenciada, além de redefinir os papéis, o que pode auxiliar no processo de inclusão.

Nesse sentido, o professor é comparado a uma pessoa dinâmica, capaz de estimular o crescimento e a interação dos alunos nos contextos acadêmico e social. Isso porque um professor dedicado e preocupado se preocupa com o aprendizado dos alunos, busca conhecimento e capacitação para que seu trabalho se desenvolva de forma a atender de forma efetiva e direta às necessidades de cada pessoa, promovendo melhor participação e socialização entre os envolvidos.

Alencar (2007) recomenda que cada professor reflita sobre o que poderia fazer para operacionalizar seus objetivos em sua prática instrucional, tais como: ajudar o aluno a desenvolver plenamente seus talentos e habilidades; fomentando um autoconceito positivo, desejando sucesso a todos os alunos e ajudando cada aluno a ver seus "pontos fortes; ajudar o aluno a desenvolver hábitos de estudo positivos, aumentar a motivação do aluno, expandir os interesses do aluno enquanto usa uma variedade de estratégias para despertar e manter seu interesse; Observar o ritmo de aprendizagem do aluno; aumentar o ambiente de aprendizagem para que o aluno se sinta valorizado, respeitado e incentivado a dar o seu melhor.

Priorizando a dimensão afluyente (emoções e valores), além de promover o desenvolvimento social e de caráter do aluno; Criar ambientes mais propícios ao desenvolvimento do potencial criador de cada aluno, fomentando

traços de caráter associados à criatividade, como autoconfiança, iniciativa, flexibilidade e perseverança, bem como estimulando e tornando o exercício do pensamento criativo possível; criar estratégias de ensino que encorajem o estudo independente dos alunos e a pesquisa no contexto do material curricular específico que está sendo abordado; possibilitando um aprendizado mais aprofundado sobre temas escolhidos pelo aluno em determinadas áreas de estudo.

No entanto, alguns professores sucumbem ao conformismo ou ao medo de trabalhar com o diferente, fazendo com que o aluno superado seja uma ameaça à sua prática pedagógica. No entanto, alguns professores sucumbem ao conformismo ou ao medo de trabalhar com o diferente, fazendo com que o aluno superado seja uma ameaça à sua prática pedagógica.

Por mais que um governo esteja comprometido com a inclusão ou que projetos tenha criado, para uma criança com necessidades educacionais especiais, o que importa são as experiências cotidianas que ela tem em sala de aula. No entanto, os meios pelos quais as escolas incentivam a inclusão e proíbem a exclusão formam o cerne da qualidade de vida e aprendizagem que todas as crianças experimentam.

Quem defende a abordagem inclusiva também acredita que todos, independentemente das suas necessidades especiais, têm potencial para crescer, integrar e cumprir o seu papel de cidadão na sociedade. Além de aceitar esses indivíduos e oferecer oportunidades para que eles tenham uma educação de alta qualidade, as escolas inclusivas também devem integrar seus alunos à sociedade.

4 CONCLUSÃO

A lei é justificada na prática. Os alunos de alta capacidade/superdotação são referidos ao longo do tempo nas leis brasileiras, e se isso não for feito, eles só têm um papel a desempenhar. É importante compreender todo o processo pelo qual passam esses sujeitos, e é importante investir na criação de práticas educativas para esses alunos.

É sabido que os órgãos responsáveis pelo ingresso desses alunos não conseguem apoiar integralmente o desenvolvimento potencial de cada aluno. O professor frequentemente tenta fazer com que os incentivos ali propostos auxiliem na formação da identidade de cada aluno, mas, em muitos casos, ele também carece de recursos. É fundamental que a educação seja valorizada como um todo para que a lei possa de fato cumprir seu papel de promoção da igualdade para todos.

A quantidade de pesquisas sobre habilidades de alto nível e superdotação está crescendo, mas ainda há um longo caminho a percorrer. É preciso dialogar sobre a dificuldade de identificar o assunto, a formação dos professores nessa área e os cuidados necessários. Assim, a busca e o encantamento são maiores quanto mais conhecimento baseado na inércia se possui.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Superdotados: Determinantes, Educação e Ajustamento. São Paulo: EPU, 2001.

ANTIPOFF, Helena. A educação do bem-dotado. Rio de Janeiro. SENAI. Volume V. 1992

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Habilidades/Superdotação - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 13-28.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

CORRÊA, M. A. M. Evolução histórica da Educação Especial: dos primórdios até a Idade Média. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em:. Acesso em: 02 dez. 2019. Aula 1. 9-20 p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 05 abr. 2023.

DELOU, C. M. C. O Papel da Família no Desenvolvimento de Altas Habilidades/ Superdotação. In: FLEITH, D. S. (Org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p.49-59.

DELOU, C. M. C. Sucesso e fracasso escolar de alunos considerados superdotados: Um estudo sobre a trajetória escolar de alunos que receberam atendimento em salas de recursos de escolas da rede pública de ensino. 2001.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. Métodos de e técnicas de pesquisa social. São Paulo- SP Ed. Atlas S.A 2008.

GIL, A. C. Métodos de e técnicas de pesquisa social. São Paulo- SP Ed. Atlas S.A 1989.

GUENTHER, Zenita C. Desenvolver capacidade e talentos: Um conceito de inclusão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

LEMOS, D. Deficiência e exclusão social: uma contribuição à sociojurídica dos portadores de necessidades especiais. Monografia (Bacharelado em direito). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC: 2009. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Douglas%20Lemos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PÉREZ, S. G. P. B Encaminhamentos Pedagógicos com Alunos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p.109-124, jul./set.2011. Editora UFPR.

SOBRE OS AUTORES

José Carlos Guimarães Junior

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

Governo do Distrito Federal, Brasil

E-mail: profjc65@hotmail.com

Douglas Grzebieluka

<https://orcid.org/0000-0002-6097-5411>

Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia – PPGET/UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Mestre em Gestão do Território (UEPG).

Possui Especialização em: Educação Ambiental (IBPEX); Gestão Pública Educacional (UEPG); Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores (UNINA) e em Educação Especial Inclusiva, com ênfase na deficiência intelectual (UNINA).

Graduado em Licenciatura em Geografia (UEPG).

Atua como professor da rede pública estadual do Paraná desde 2005 e professor da Faculdade Sagrada Família – Ponta Grossa/PR desde 2011 nos cursos de Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis.

e-mail: douglasgebeluka@bol.com.br

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

Especialização em gestão escolar: administração, supervisão e orientação

Especialização em Docência no Ensino Superior

Mestrando em Educação-Gestão de Ensino da Educação Básica - UFMA

Professor da rede municipal de educação de São Luís-MA

Pesquisador CAPES

Danielle Alves Cordeiro

Mestre em gestão educação e tecnologia PPGET- Universidade Estadual de Goiás Formada pela UNIVC (Faculdade Vale do Cricaré).

Pós graduada pela Faculdade São Luís.

<https://orcid.org/0000-0001-9047-918X>

Professora efetiva de física da Secretaria de Educação do estado de Goiás e membro do grupo de estudo sem formação de professores inter disciplinar GEFOP.

patriciaqueiriz060877@gmail.com

Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo

<https://orcid.org/0000-0003-1827-7385>

Mestra em Ensino de Ciências Naturais- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Creides827@gmail.com.br

Mestra em Ensino de Ciências Naturais (PPGECN- área de concentração Ensino de Química) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no ano de 2021. Especialista em Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos (IE/UFMT) no ano de 2015. Especialista em Ensino de Química (FUNIP/ MG) no ano de 2022; e Licenciada em Química no ano de 2005 pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva na Secretária de Educação de Mato Grosso, lotada na Escola Estadual Dione Augusta Silva e Souza, desde 2013 no município de Cuiabá, atuou, também como tutora (UFMT/UAB) no curso de Licenciatura em Química no ano de 2011 a 2012. Possui experiência na área de Educação em Química; Economia Solidária, Ensino de Química. E atualmente em 2022 cursando Licenciatura em Pedagogia pela (UNINTER). (Texto informado pelo autor)

Danielly Berneck Coas Ribeiro

Graduada em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1999), Licenciatura em Formação Docente para Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC (2001). Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Positivo (2022). Especialização em Formação Docente para Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina -IFSC (2021). Especialização Em Educação Especial e Inclusiva (2022) Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa (2005). Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC (2011) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2016). Experiência como Docente e Vice- Coordenadora de curso de Psicologia. Tem experiência na área da educação atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia do Ensino e Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento, e Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade.

Jadilson Marinho da Silva

<https://orcid.org/0000-0001-9416-8549>

Doutor em Ciências da Educação

Universidad de la Integración de las Américas

jadilson.marinho@gmail.com, Brasil

Possui graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2021), especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), Mestrado em Ciências da Educação pela

Universidad de la Integración de las Américas (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (Diploma reconhecido pela Universidade Federal de Goiás). Atualmente leciona no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e no Ensino Médio. Possui experiência na área de Letras e Educação com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Linguística, Educação Inclusiva, tecnologia assistiva, formação de professores, tecnologia educacional, avaliação e currículo.

Alexandre Magno Buhaten Barbosa

<https://orcid.org/0000-0002-9826-2185>

Professor efetivo nos anos iniciais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-MA); Graduado em Pedagogia Licenciatura (UEMA); Mestrando em Educação-gestão de ensino da educação básica (UFMA); Pesquisador CAPES

Marttem Costa de Santana

Orcid:<http://orcid.org/0000-0002-8701-9403>

Colégio Técnico de Floriano (CTF/UFPI), Brasil

E-mail: marttemsantana@ufpi.edu.br

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Apresentamos o livro “Educação e Tecnologia: Desafios e Possibilidades”, que reúne artigos de renomados educadores e pesquisadores sobre temas que são fundamentais para a formação de docentes e aprimoramento do ambiente escolar.

O primeiro artigo aborda o tema das altas habilidades e superdotação, discutindo a importância da identificação e atendimento a alunos com essas características no ambiente escolar. O texto apresenta estratégias e práticas pedagógicas que podem ser adotadas para promover o desenvolvimento desses alunos e garantir que eles alcancem todo o seu potencial.

Já o segundo artigo aborda a presença cada vez mais comum dos smartphones em sala de aula, e o papel do professor diante desse cenário tecnológico. O texto apresenta reflexões sobre o uso adequado dos dispositivos móveis em sala de aula, destacando as oportunidades e os desafios que essa tecnologia pode trazer para a educação.

Por fim, o terceiro artigo discute a importância da formação de docentes para o uso de tecnologias educacionais, destacando a inserção da TV multimídia no cotidiano da sala de aula como uma ferramenta poderosa para o ensino. O texto apresenta exemplos de práticas pedagógicas que utilizam a TV multimídia de forma criativa e inovadora, permitindo que os alunos tenham acesso a conteúdo educacionais de qualidade.

Com uma abordagem multidisciplinar e uma linguagem clara e acessível, “Educação e Tecnologia: Desafios e Possibilidades” é uma leitura fundamental para todos aqueles que se preocupam com a qualidade da educação e a formação de docentes para o uso de tecnologias educacionais.

Home Editora

CNPJ: 39.242.488/0002-80

www.homeeditora.com

contato@homeeditora.com

9198473-5110

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

